

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MONOGRAFIA

UM ESTUDO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
INDUSTRIAIS CEARENSES SOB A ÓTICA DO COMÉRCIO
EXTERIOR.

FLAVIA COSTA PINHEIRO

FORTALEZA, DEZEMBRO, 2000

**UM ESTUDO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
INDUSTRIAIS CEARENSES SOB A ÓTICA DO COMÉRCIO
EXTERIOR.**

FLAVIA COSTA PINHEIRO

Orientadora : PROF. JACQUELINE FRANCO CAVALCANTE

Monografia . apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuárias e
Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

FORTALEZA – CE

DEZEMBRO, 2000 -2

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Flavia Costa Pinheiro
Bacharelanda

Média

Profa. Jacqueline Franco Cavalcante
Orientador

Nota

Profa. Ana Maria Fontenele
Membro da Banca Examinadora

Nota

Profa. Maria Cristina Pereira de Melo
Membro da Banca Examinadora

Nota

AGRADECIMENTOS

Para a realização da elaboração dessa Monografia fui beneficiada com a ajuda de pessoas especiais que se dispuseram de alguma forma a me ajudar. Com a consciência de que a responsabilidade pessoal contida neste trabalho foi incentivada por palavras de coragem, força apoio e dedicação destas pessoas quero agradecer nominalmente a todos que mais contribuíram para que eu concluísse essa monografia.

A minha orientadora Prof.a. Jacqueline Franco, pela sua dedicação, paciência e otimismo aliados à amizade e o carisma que me foi oferecido desde o início.

Aos membros da minha banca examinadora Prof.a. Ana Maria Fontenele e Prof.a. Cristina Melo, pelas contribuições, interesse, apoio e amizade demonstrados.

Devo ainda prestar um agradecimento especial para o meu paizinho Webster Costa (*in memoriam*) pela sua paciência em ouvir meus apelos insistentes que me deram força e coragem para concretizar este trabalho.

Por fim, sou grata ao meu noivo Gibran pela força e compreensão oferecidos a mim e por ter me permitido ser ausente em muitos momentos, dias e noites do tempo em que me dediquei a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho visa oferecer alguns subsídios para o estudo introdutório da importância e do potencial das micros, pequenas e médias empresas industriais exportadoras.

A principal intenção é mostrar através das potencialidades da região nordeste, com especial ênfase para o estado do Ceará, a importância de manter a sobrevivência das micros, pequenas e médias empresas industriais focalizando alternativas como o comércio exterior.

Este estudo pretende mostrar que é possível superar as dificuldades e barreiras que entram o segmento e desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas industriais através da aglomeração industrial sob a forma de *clusters*. Além de oferecer maiores condições de obtenção da competitividade este tipo de organização da produção permite que as MPMIs alcance as economias de escala e, conseqüentemente novos mercados.

Embora, o desenvolvimento do Nordeste, especialmente no Ceará, tenha se apresentado aliado ao aumento da desigualdade e exclusão social, propõe-se que a industrialização auxiliada à exportação e incentivadora de MPMIs integre um número maior de indivíduos no setor produtivo capaz de aumentar o nível de renda da economia e, conseqüentemente, o bem estar social.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO.....	4
SUMÁRIO.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
 INTRODUÇÃO	 8
 CAPÍTULO 1	
1. ASPECTOS MACROECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTINA	14
Introdução	14
1.1- O Desempenho da Economia Nordestina	16
1.2- A Atividade Industrial	21
1.3- Comércio Exterior	25
Considerações Finais	32
 CAPÍTULO 2	
2. MICRO, PEQUENAS E MÉDAS	
EMPRESAS INDUSTRIAIS: DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS	
DE SOBREVIVÊNCIA.....	33
Introdução	33
2.1 Os problemas das micros, pequenas e médias indústrias	
brasileiras	35
2.2. Pequenas e Médias como Estratégia de Desenvolvimento Local ...	39
2.3. Clusters e suas dimensões	42
2.3.1- Casos bem sucedidos	43
2.4. As Políticas de Incentivos às micros, pequenas e médias empresas	47
Considerações Finais	50
 CAPÍTULO 3	
3. MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA DINÂMICA	
INDUSTRIAL DO ESTADO DO CEARÁ	51
Introdução	51
3.1- Características gerais da Economia Cearense	51
3.2 -Estrutura Industrial do estado do Ceará	53
3.3 -A Atuação do Governo do Estado do Ceará	59
3.4 -Capacidade Exportadora do Estado do Ceará	61
Considerações Finais	65
 CONCLUSÃO	 67
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	
Classificação quanto ao número de empregados segundo tipo de atividades	9
TABELA 2	
Classificação quanto a receita operacional bruta anual	9
TABELA 3	
Taxa de Crescimento acumulada das atividades econômicas (1960-1997), Nordeste	15
TABELA 4	
Produto interno bruto dos estados e Brasil a preços de 1996	17
TABELA 5	
Taxa anual de crescimento do PIB real (Brasil e região Nordeste, 1994-1997)	17
TABELA 6	
Variação anual do PIB real do Brasil, Nordeste e estados, segundo os setores econômicos (1997/96-1998/97)	19
TABELA 7	
Taxa de crescimento acumulada da indústria de transformação segundo gêneros mais dinâmicos (Brasil e Nordeste, 1993-1998)	21
TABELA 8	
Variação (%) da produção física da indústria extrativa e de transformação (1998/97)	22
TABELA 9	
Variação (%) da produção física da indústria extrativa e de transformação (1999/98)	24
TABELA 10	
Participação do PIB dos estados nordestinos no PIB da região (1991-1996)	25
TABELA 11	
Taxa de crescimento das exportações e das importações (Brasil, Nordeste e estados, 1998/97 e 1999/98 (jan/mai))	27
TABELA 12	
Exportações do Nordeste, principal região de destino segundo setores revelados (1996)	30
TABELA 13	
Principais destinos dos Produtos das Pequenas e Médias Empresas Industriais Cearenses, segundo os setores - (1999-2000).....	55
TABELA 14	
Comércio exterior do estado do Ceará em 1999 (valores em US\$)	62
TABELA 15	
Participação (%) das exportações segundo os principais produtos, Ceará (1991-1998)	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	
Participação média do PIB da região Nordeste no PIB do Brasil (1965-1998)	18
GRÁFICO 2	
Taxa de crescimento do PIB global e por setores econômicos, Brasil (1999-1998)	19
GRÁFICO 3	
Taxa de crescimento do PIB global e por setores econômicos, Nordeste (1999-1998)	19

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 90, a economia da região Nordeste tem experimentado um dos mais expressivos processos de mudanças na direção dos fluxos comerciais e principalmente na sua estrutura devido à estratégia de crescimento econômico, liberalização comercial e incentivos fiscais adotados para a inserção internacional da economia regional. Neste trabalho, admite-se que o processo de industrialização, investimentos em capital, transferência de tecnologia (através do investimento internacional e da qualificação) são fatores essenciais para o desenvolvimento de competitividade na exportação de mercadorias.

No contexto regional e internacional, o estado do Ceará caracteriza-se pelo seu menor desenvolvimento relativo no que se refere a P&D, identificando-se a predominância de setores de baixo e médio gasto em pesquisa e desenvolvimento. O conteúdo de recursos naturais nas exportações da região Nordeste ainda é muito significativo embora tenham sido criadas indústrias intensivas em capital para processá-los mediante o uso de técnicas e vários sistemas de incentivos.

A pauta das exportações cearenses é caracterizada pela predominância de setores de baixa densidade tecnológica com participação recente, e ainda tímida, de setores de média intensidade. Os setores industriais que têm possibilidades de expandir como exportadores são aqueles estimulados por políticas industriais implementadas pelo governo do Estado e que de alguma forma buscam potencializar algumas vantagens comparativas (FONTENELE & MELO, 2000).

Pesquisas de análises dos destinos das exportações cearenses, constataam a importância da utilização da dinâmica da demanda dos Estados Unidos e do Mercosul, principais parceiros do Estado, como referência para a análise de competitividade de setores exportadores. Considerando as características dos produtos que o Ceará exporta para esses destinos evidencia-se uma forte diferença na composição dessas pautas. Para os Estados Unidos, a prevalência é de *commodities*, enquanto para o Mercosul é de produtos industriais tradicionais. A proximidade Geográfica do Ceará ao mercado americano reforça ainda mais o potencial comprador daquele país. (FONTENELE & MELO; 2000, p.5).

Considerando a variável exportação como promotora do desenvolvimento e fonte de receita para a economia, pretende-se abordar o movimento do comércio exterior cearense nos anos 90, relacionando as políticas adotadas para promover a participação das Micros, Pequenas e Médias Empresas Industriais (MPME's).

Para o Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas empresas (SEBRAE) as (MPME's) classificam-se quanto ao porte e quanto ao número de empregados em nível estadual enquanto que, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a classificação é referente quanto à receita operacional bruta anual, em nível federal. Esta classificação pode ser observada pelas tabelas 1 e 2 que se seguem.

Tabela 1

Classificação quanto ao número de empregados e segundo o tipo de atividade .

Setor	/	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria		01 a 19	20 a 99	100 a 499	Acima de 500
Comércio e Serviços	e	01 a 09	10 a 49	50 a 99	Acima de 100

Fonte: Sebrae-Ce (2000.1)

Tabela 2

Classificação quanto a receita operacional bruta anual

Microempresa	Até R\$: 700 mil
Pequena Empresa	De R\$: 700 mil a R\$: 6.125 mil
Média Empresa	De R\$: 6.125 mil a R\$: 35 milhões

Fonte: BNDES: Disponível [On line]: www.bndes.gov.br/atuar/brasil.hm

A Tabela 1 apresenta as exigências de classificação que o SEBRAE determina; uma micro empresa industrial é caracterizada mediante o número de funcionário no intervalo de 01 a 19, a pequena empresa industrial é caracterizada no mínimo por 20 funcionários e no máximo por 99, em seguida a média indústria participa com uma quantidade mínima de 100 funcionários empregados e máxima de 499 e para ser considerada como uma grande indústria deve-se empregar uma quantidade mínima de 500 funcionários. Quanto ao setor de comércio e serviços a classificação é diferente: 01 a 09 funcionários empregados determina uma micro empresa, 10 a 49 empregados caracterizam uma pequena empresa, a média empresa incorpora

mão de obra mínima de 50 e máxima de 99 e a grande empresa é caracterizada com tal a partir de 100 funcionários empregados.

Diferentemente do SEBRAE, O BNDES classifica as empresas perante a receita operacional bruta anual: a receita para caracterizar uma micro empresa deve variar até R\$700 mil, para a pequena empresa deve constar no intervalo de R\$ 700 mil a R\$ 6.125 mil, a média empresa entre R\$ 6.125 mil a R\$:35 milhões e a grande empresa qualquer valor acima de R\$ 35 milhões independente de ser esta industrial, comercial ou de serviços (tabela2).

Desde o início do processo de abertura da economia brasileira em 1990, a indústria nacional vem sofrendo várias adaptações perante o relaxamento de algumas medidas protecionistas e adoção de facilidades em medidas de entrada de produtos industrializados . A consequência desta reflete-se na falta de competitividade dos produtos brasileiros frente aos similares estrangeiros .

Encarar as MPMI's como sendo, de fato, fonte de dinamismo econômico introduz novas e mais conseqüentes perspectivas para esse segmento além do qual se absorve a mão de obra que não consegue encontrar emprego nas grandes firmas industriais. Em vez de serem apenas utilizadas como instrumentos de políticas sociais, as MPMI's podem constituir importantes estratégias de desenvolvimento econômico, proporcionando maior competitividade para as regiões internas e integrar um número maior de indivíduos neste processo (AMORIM, 1998, p.13).

As estratégias de desenvolvimento se refletem em áreas economicamente desfavorecidas com escassez de recursos que são impossibilitadas de se desenvolverem na dependência apenas das limitações de grandes empresas. Mesmo que gerem impactos significativos na economia local, as grandes empresas não conseguem atingir o nível de renda com uniformidade de uma região. O desenvolvimento com ênfase exclusiva em grandes empresas tende a ser excludente e concentrador.

As MPME's propiciam um desenvolvimento mais integrador e socialmente desejável com a garantia de competitividade capaz de sustentar o desenvolvimento econômico de uma região (AMORIM, 1998, p. 14).

A existência de um grupo de MPME's operando de forma articulada e complementar através de *Clusters ou Distritos Industriais* proporcionaria uma densidade ao setor conferindo uma maior competitividade no mundo concorrencial auferindo, assim, economias de escala e uso de tecnologia (AMORIM,1998, p.28).

Clusters ou Distritos Industriais caracterizam-se por serem associações de firmas com espírito de comunidade e consciência de interesse coletivo que priorizam complementos de estruturas existentes onde cada firma executa um estágio do processo de produção de produtos em regime de cooperação entre numerosas MPME's (AMORIM, 1998 p.20).

Através da ação coletiva as MPME's podem alcançar as vantagens e benefícios de economias de escala permitindo enfrentar grandes competidores, atender à demanda interna e criar uma base exportadora com cultura voltada ao mercado de capitais, penetrando nos mercados nacionais e internacionais, gerando, assim, uma condição de equilíbrio maior entre oferta e demanda o que promove o desenvolvimento local.

Sozinhas as MPME's enfrentam barreiras de dificuldades de acesso a vários instrumentos como :

- a) insumos e componentes, devido à inexistência de fornecedores e dificuldades em importá-los,
- b) crédito, em decorrência dos altos custos de inúmeros pequenos empréstimos
- c) tecnologia aos mercados e aos órgãos públicos, devido seu poder de barganha, não conseguindo assim auferir as economias de escala.

As lições de como pode ser grandioso a ação coletiva de pequenas empresas vêm de muitos países hoje desenvolvidos que conseguiram obter maiores volume, força e competitividade às pequenas indústrias. É o caso da Itália, Inglaterra, Dinamarca e outros que tem desenvolvido com sucesso um sistema cooperativo para fomentar as exportações. Neste estudo, relatam-se alguns exemplos de clusters bem sucedidos que possibilitam uma alternativa para adaptá-los a realidade econômica da região.

Segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), existem hoje 4,5 milhões de pequenas e micro empresas no Brasil, o que significa 98,5% do total de empresas existentes. Essas empresas possuem uma participação de 54% na produção nacional, empregam 65% de toda a mão de obra brasileira e pagam 42% dos salários.

Além de beneficiar-se com a atuação do SEBRAE-CE, que promove programas subsidiados de competitividade industrial, capacitação da mão de obra, estruturação de projetos voltados para exportação, o Ceará concede ainda benefícios especiais dentro das peculiaridades de cada projeto, nas formas de isenção ou diferimento de ICMS quando houver importação de bens de capital para indústria, mediante requerimento à Secretaria da Fazenda (ROCHA; SILVA, 2000).

Através do presente estudo procura-se evidenciar que as micros, pequenas e médias empresas industriais são detentoras de uma parte expressiva da mão de obra empregada no país. Portanto, diante da possibilidade de promover o desenvolvimento da região através da promoção de MPMIs que buscam no mercado externo uma estratégia de sobrevivência o governo brasileiro deve apoiá-las sistematicamente, a fim de capacitá-las ao uso das modernas tecnologias e conseguir consolidar maior participação em nível local e nacional para sair de uma volatilidade premente aos diversos choques de economia internacional.

Portanto, a análise partirá da situação recente da região nordeste no que se refere ao setor industrial e comércio no período pós abertura econômica (a partir de 1990). Dessa forma, no Capítulo 1, procurar-se-á captar as potencialidades da região através das possibilidades de expansão no comércio internacional associando os setores e produtos que se destacam nos anos recentes da economia.

O Capítulo 2, possibilitará uma evidencia da importância e desempenho das Micros, Pequenas e Médias Empresas Industriais para o desenvolvimento local através de alternativas internas e formas de associações em busca da sobrevivência à concorrência externa, enfatizando programas federais e instituições que foram desenvolvidas para apoiar o segmento de MPMIs.

Já no Capítulo 3, enfatizar-se-ão potencialidades do estado do Ceará mediante sua estrutura industrial e atuação governamental do estado para promover o desenvolvimento industrial das Micros, Pequenas e Médias Empresas Industriais em busca da redução das desigualdades sociais para aumentar o mercado e proporcionar melhorias de bem estar para a população local.

CAPÍTULO 1 : ASPECTOS MACROECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTINA

INTRODUÇÃO

Considerando a variável exportação como promotora do desenvolvimento e fonte de receita para a economia e partindo-se do pressuposto de que o desempenho do comércio exterior reflete-se através dos indicadores de vantagens comparativas reveladas e da configuração dos destinos das exportações, procura-se analisar os dados recentes sobre a competitividade dos setores exportadores nordestinos especificamente no estado do Ceará, a fim de definir as potencialidades da região.

O cenário atual da década de 90, caracteriza-se por uma reestruturação da economia mundial advinda de um novo paradigma tecnológico. Este paradigma é calcado na informação, na micro eletrônica e na flexibilidade inter e intra empresa, juntamente com a criação de blocos econômicos formados na medida que se intensificam as relações políticas e econômicas entre as nações.

A partir de 1994, pode-se verificar um dinamismo econômico nos setores industrial e de serviços na região nordeste visto que o efeito do Plano Real proporcionou um significativo aumento no poder de compra da população de baixa renda. Desde o início deste plano de estabilização econômica, o consumo das famílias de baixa renda vem induzindo, principalmente na região nordeste, o desempenho de algumas atividades econômicas. Inicialmente o desempenho observado dirigiu-se para os setores de alimentos e vestuário e em seguida ele promoveu o desempenho do setor de segmento eletrônico e de construção que registrou um acréscimo de 38,9% na Região entre 1994 e 1997.

Conforme tabela 3 abaixo, pode-se verificar que, de 1990 a 1997, as atividades que mais contribuíram para o desempenho no nível de atividade econômica regional observadas pelas taxas de crescimento acumuladas são: indústria de transformação (10,53%), energia elétrica (41,67%), abastecimento de água (43,68%), indústria da construção civil (60,76%), comércio (37,70%), transporte aéreo (11,17%), comunicações (96,67%) e aluguéis (35,8%).

Tabela.3
Região Nordeste do Brasil
Taxa de crescimento Acumulada das Atividades Econômicas – 1990-1997
Índice Real 1980=100

Atividades	1990	1997	Taxa de Crescimento Acumulada 1990/97
Ind. Transformação	85,5	94,5	10,53
Energia Elétrica	207,1	293,4	41,67
Abast. de água	163,0	234,2	43,68
Construção	134,8	216,7	60,76
Comércio	118,3	162,9	37,70
Transporte Aéreo	168,3	187,1	11,17
Comunicações	309,7	609,1	96,67
Bens Imóveis	223,0	302,9	35,83

Fonte: Extraído de Sudene/DPO/EPR/Contas Regionais.1998

A Região Nordeste vem se inserindo no cenário acima descrito através de sua articulação no comércio internacional com políticas que tentam proporcionar dinamismo à indústria nordestina. Nos últimos anos, as políticas específicas de alguns estados nordestinos, montadas basicamente em incentivos fiscais, implantação de infra-estrutura necessária e garantia da formação de recursos humanos, parecem mudar a configuração da oferta da região. Como exemplo, no setor indústria observa-se um redirecionamento das atividades industriais tradicionais para a produção de bens intermediários, construindo através desses investimentos, vantagens comparativas difíceis de ocorrerem sem a realização destas inversões (FONTENELE & MELO, 2000, p.2).

Segundo pesquisas recentemente realizadas, observa-se que os setores industriais em que o Nordeste apresentou vantagens em relação ao restante do país, são aqueles cuja performance é resultado da política industrial implementada na região impulsionada por investimentos públicos no período que antecedeu à abertura comercial propriamente dita. Evidencia-se este fato através do desempenho internacional dos produtos advindos do pólo petroquímico de Camaçari, do complexo minero- metalúrgico do Maranhão e do pólo têxtil de Fortaleza (FONTENELE & MELO, 2000, p.3).

No caso do Ceará, a pauta das exportações é caracterizada pela predominância de setores de baixa intensidade tecnológica com participação ainda recente de setores de média intensidade, embora ainda persista as deficiências relacionadas à competitividade sistêmica da região no que se refere à capacitação de recursos humanos, infra-estrutura básica, ciência e tecnologia.

Vale ressaltar que o investimento na capacitação de recursos humanos é essencial para o aumento da produtividade da indústria de transformação. Dados do Banco do Nordeste (BN) referentes a 1995, apontam que de um espectro de 20 setores industriais, apenas quatro eram possuidores de mão de obra com ensino médio completo. Dentre os setores que se destacam pela maioria da mão de obra capacitada estão: as indústrias metalúrgicas (34%), o setor de material elétrico e de comunicação (25%), as indústrias de química (46%) e o setor de bebidas (40%).

Inicialmente faz-se uma exposição do desempenho recente da economia nordestina apresentando a atividade industrial e o comportamento do setor externo, comparando-os com o do Brasil, a fim de identificar em seguida os setores mais representativos da Região e sua associação ao estado do Ceará.

Neste contexto busca-se obter dados que sirvam de elementos para uma política de desenvolvimento regional baseada na promoção de Micro, Pequenas e Médias empresas industriais exportadoras.

1.1- O Desempenho da Economia Nordestina

Considerando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de 1991 a 1996 (a preços de 1996) pode-se verificar que a Região Nordeste experimentou uma variação crescente da ordem de 10,55% e, mesmo ocupando a quarta posição dentre as grandes regiões brasileiras o crescimento observado para o país superou a região com uma variação de 15,87% (Tabela 4).

Tabela.4
Produto Interno Bruto a Preços de 1996

Estados	Variação 1991/96
Norte	9,56
Nordeste	10,55
Sudeste	15,57
Sul	22,99
Centro- Oeste	16,27
BRASIL	15,87

Fonte: Extraído de Sudene /IPEA (1998).

Como mostra a tabela 5, a década de noventa reflete um expressivo desempenho na região nordestina embora as taxas de taxas de crescimentos com variações do PIB real tenha apresentado redução de 9,7% em 1994 para 4,4% em 1995, posteriormente 4,1% em 1996, e finalmente um acréscimo em relação ao ano anterior com taxa acumulada de 5,8% em 1997.

Tabela.5
Brasil e Região Nordeste
Taxa anual de crescimento do PIB real
Taxa Acumulada (%)

Período	Brasil	Nordeste
1994	5,8	9,7
1995	4,2	4,4
1996	2,8	4,1
1997	3,7	5,8

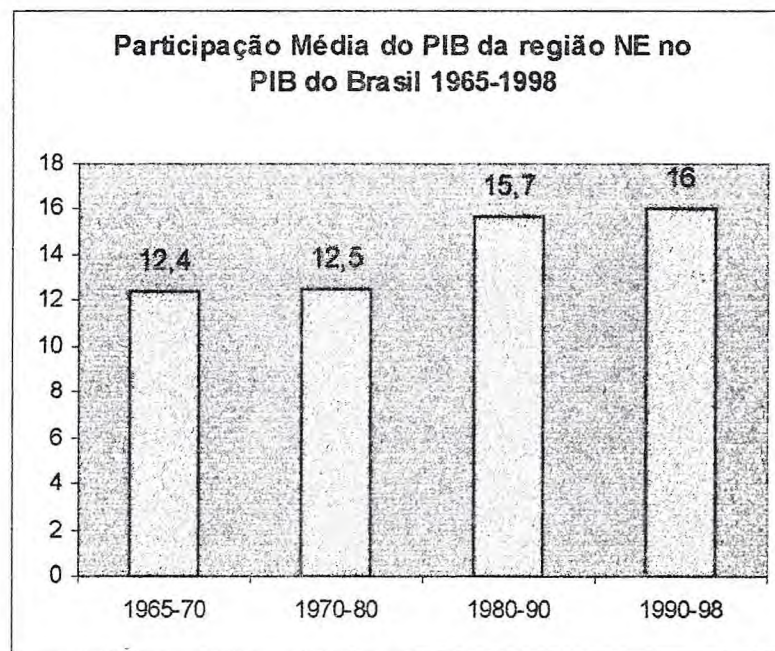
Fontes: IBGE/DPE/DECNA; Sudene/Contas Regionais

Face às dificuldades enfrentadas pelo sistema produtivo nacional condicionado por fenômenos externos (crise asiática e a crise da Rússia de 1997) que acarretaram imediato rebatimento no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) registrando decréscimos de -1,55% no terceiro trimestre de 1998 em relação ao segundo e de -1,64% no último trimestre. O ano de 1998 encerra-se com uma variação de -0,12% comparando-se com o ano de 1997. Da mesma forma geral, a economia do Nordeste apresentou indicadores mais positivos do que os registrados para a média brasileira (tabela 6).

No ano de 1998 o desempenho da economia nordestina apresentou um crescimento no PIB da ordem de 1,%, comparado ao ano de 1997. Este resultado mostrou-se bastante expressivo tendo em vista a forte estiagem que assolou a região aliada aos problemas macroeconômicos resultantes das duas crises internacionais.

O comportamento do PIB do nordeste em 1998 foi condicionado por desempenhos bastante desiguais entre os grandes setores econômicos, uma vez que o segmento agropecuário apresentou variação com relação a 1997 de -23,0%, a atividade industrial o incremento de 7,9% e o setor de serviços, 2,4% (Tabela 6).

Gráfico 1



Fonte: SUDENE / Contas Regionais

Segundo estimativas preliminares elaboradas pela área de contas Regionais da SUDENE, dentre os nove estados que compõem o Nordeste apenas três estados registraram, em 1998, incrementos do PIB superiores aos verificados em 1997: Piauí (3,2%), Ceará (2,1%) e Rio Grande do Norte (3,9%), em virtude dos bons resultados nos setores industriais e de serviços (Tabela 6).

Dados recentes do Boletim Conjuntural, afirmam que o impacto do desenvolvimento econômico nordestino nos setores industriais e de serviços tem se dado de forma positiva, diversificando a indústria com base, principalmente, em quatro grandes eixos: o Químico,

entre Salvador e Maceió, Complexo Metal- Mecânico, entre Recife e João Pessoa, Complexo Têxtil, entre Natal e Fortaleza e Complexo Mineral- Metálico, no Maranhão .

Tabela.6 - Variação Anual do PIB Real do Brasil, Região Nordeste e Estados

Segundo os setores econômicos-1997/96 E 1998/97

Estados	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Variação %		Variação %		Variação %		Variação %	
	1997/96	1998/97	1997/96	1998/97	1997/96	1998/97	1997/96	1998/97
Maranhão	-2,7	-24,4	25,4	10,3	10,5	3,1	13,0	2,9
Piauí	-22,9	-22,3	8,1	10,6	1,2	4,0	-0,6	3,2
Ceará	-21,4	-27,1	8,6	5,7	0,8	2,2	1,8	2,1
Rio G. do Norte	-7,9	-48,8	5,0	6,8	2,3	3,8	3,5	3,9
Paraíba	-1,7	-49,8	12,6	13,3	2,8	1,5	5,2	0,7
Pernambuco	0,0	-21,9	8,3	1,6	2,2	2,3	3,4	1,1
Alagoas	18,0	4,0	14,4	9,3	5,8	1,4	10,7	4,1
Sergipe	1,6	-12,7	10,5	4,8	3,2	1,1	6,3	0,8
Bahia	17,2	-15,4	6,5	9,0	6,4	2,6	8,1	1,4
Nordeste	1,9	-23,0	10,2	7,9	4,9	2,4	5,8	1,5
Brasil	-0,17	-0,02	5,80	-1,34	2,70	0,78	3,60	-0,12

Fonte: Extraído de IBGE/DPE/DECNA: SUDENE/ Contas Regionais

Segundo dados recentes apresentados na Carta de Conjuntura da SUDENE do ano de 2000, em 1999 a economia nordestina apresentou uma taxa de crescimento equivalente a 3,3 pontos percentuais mediante o comportamento de 1,01% do PIB brasileiro em relação ao ano de 1998, atingindo o valor nominal de R\$ 1.011,9 bilhões em 1999. O PIB per capita em 1999, foi estimado em R\$ 6.172,30, apresentando uma variação negativa de 0,3% em relação a 1998 (gráfico 3).

A taxa de crescimento da economia nordestina (3,3%) em 1999, embora tenha se apresentado bastante superior a do ano anterior (1,5%), ficou aquém das registradas nos anos que precederam o Plano Real expostos anteriormente na tabela.5 para os anos de 1994 (9,7%), 1995 (4,4%), 1996 (4,1%) e 1997 (5,8%).(SUDENE, Carta de Conjuntura, 1999).

Gráfico 2

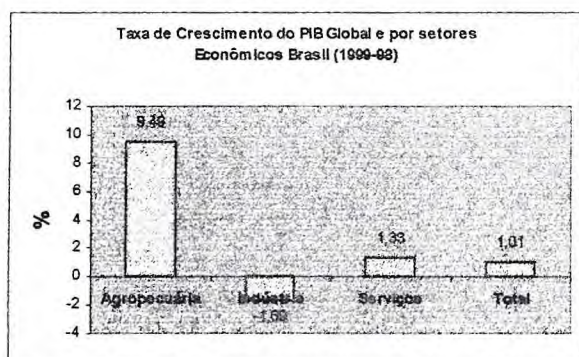
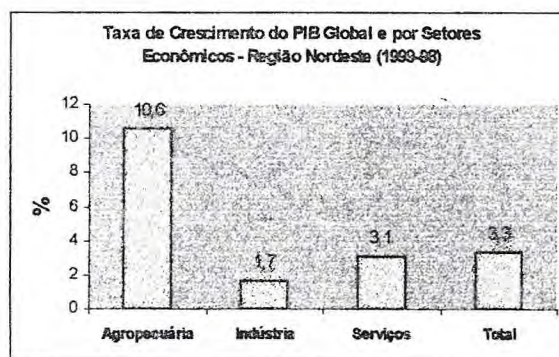


Gráfico 3



Fonte: Extraído de Carta Conjuntura/2000- SUDENE

No período de 1990-1997 o Nordeste foi bastante prejudicado pelo desaquecimento dos investimentos públicos em decorrência de fortes estiagens do período de 1990-93 e do ano de 1997. Segundo dados do boletim Conjuntural, a região apresentou um decréscimo de -6,3% ao ano no período relativo entre 1990-1995 .

A evolução da economia brasileira em 1999 foi condicionada sobretudo pela mudança do regime cambial, quando a partir de janeiro o sistema de bandas foi substituído pelo câmbio flutuante. O nível de atividade econômica foi sustentado pelo desempenho do setor agropecuário (9,49%) como mostra o gráfico 2.

O crescimento do Produto Interno Bruto Nordestino foi condicionado por indicadores mais positivos uma vez que os comportamentos desiguais entre a atividade industrial (1,7%), o setor de serviços (3,1%) e a variação do segmento agropecuário (10,6%) característicos dos grandes setores econômicos apresentaram melhor resultado que a média do país (gráfico 3). Como mostra o mesmo gráfico o comportamento do nível de atividade econômica da Região em 1999 deveu-se fundamentalmente ao desempenho do setor agropecuário (10,6%), o que é consequência da comparação feita com a produção excessivamente baixa de 1998, resultado da forte estiagem que atingiu grande parte do Nordeste brasileiro.

De acordo com o comportamento no ano de 1999, o sistema produtivo nordestino gerou um PIB estimado em R\$:173,9 bilhões contra o de R\$:1.011,9 bilhões obtido pelo país como um todo, o que eleva sua participação em relação à produção de bens e serviços finais do Brasil de 16,1% em 1998 para 17,2% em 1999 (SUDENE, Carta de Conjuntura, 1999).

Segundo dados preliminares do Boletim Conjuntural da SUDENE, nos cinco primeiros meses de 1999 a indústria de transformação da produção obteve um comportamento positivo na formação da taxa de crescimento global da indústria de alguns estados nordestinos, dentre eles, o estado do Ceará participando com os gêneros vestuário (17,08%), têxtil (6,97%) e metalúrgica (25,22%).

Pesquisas realizadas pelo setor de contas Regionais da SUDENE mostram que quase todos os estados da região nordeste apresentaram taxas de crescimento do PIB superiores à calculada para o país (1,01%) em 1999. Dentre os melhores resultados de variações

percentuais no segmento agropecuário, industrial e de serviços dos nove estados que apresentaram taxas de crescimento do PIB destacam-se o estado do Piauí (6,7%), Paraíba (6,1%), Sergipe (5,2%), Ceará (4,6%) e Maranhão (4,2%).

1.2- A Atividade Industrial

A indústria de transformação nordestina, apesar das crises, conseguiu modernizar-se tecnologicamente de forma que ficou possibilitada a competir nos mercados interno e externo, refletindo no crescimento acumulado de 15,% contra 10,5% obtido pelo país como um todo (Tabela7).

Segundo dados extraídos da SUDENE, no período de 1993-1998 os gêneros que se mostraram mais dinâmicos, superando o desempenho em nível nacional foram : minerais não metálicos (50,9%), metalúrgica (44,1%), material elétrico e de comunicação (39,1%), química (23,6%) e produtos de matérias plásticas (23,0%),conforme mostra a Tabela 7.

Tabela7

Brasil e Região Nordeste

Taxa de crescimento acumulada da Indústria de Transformação
Segundo gêneros mais dinâmicos-1993-98- Taxa Acumulada (%)

Classes e Gêneros	Nordeste	Brasil
Ind. De Transformação	15,3	10,5
Minerais Não-Metálicos	50,9	21,8
Metalúrgica	44,1	11,3
Mat.Elétrico /Comunicações	39,1	23,3
Papel e Papelão	-3,9	9,2
Química	23,6	21,8
Produtos de mat.Plásticos	23,0	28,2
Vest.Calçados e Art. De tecidos	-6,8	-22,2

Fonte: IBGE/SUDENE/Contas Regionais

Pode-se perceber que no Nordeste os principais gêneros que se destacaram acima da taxa acumulada observada para o Brasil foram: minerais não metálicos com 29,10 pontos e

metalúrgica com 32,8 pontos percentuais .Enquanto que no Brasil os Gêneros de papel e papelão e produtos de materiais plásticos tiveram melhor desempenho que os verificados no Nordeste (tabela 7).

Em 1998, a indústria de transformação apresentou um crescimento de 1,13% e a indústria extrativa mineral cresceu 2,40% totalizando um incremento real de 1,37% na indústria geral nordestina (Tabela 8).

Tabela. 8 - Brasil e Região Nordeste
Variação % da Produção Física da Indústria Extrativa e de Transformação
Segundo Classes e Gêneros- 1998/97

CLASSES E GÊNEROS	BRASIL	NORDESTE
	VARIÇÃO %	
	1998/97	1998/ 97
Indústria Geral	-2,28	1,37
Ind. Extrativa Mineral	12,39	2,40
Ind. De Transformação	-3,52	1,13
Minerais não-metálicos	-0,46	18,01
Metalúrgica	-3,83	7,71
Mat. Elet. / Comunicações	-10,42	6,96
Papel e Papelão	0,50	9,38
Borracha	-8,09	-3,79
Couros e Peles	-13,60	-9,63
Química	3,70	5,21
Perf. Sabões e Velas	3,05	2,77
Produtos de Mat.Plásticas	-2,60	9,17
Têxtil	-6,90	-8,59
Vest.Calçados/Art.Tecido	-4,77	15,65
Produtos Alimentares	1,34	-14,59
Bebidas	-2,76	-0,64
Fumo	-22,7	-56,64

Fonte: Extraído de BOLETIM CONJUNTURAL,Ago.1999.

O resultado apresentado na tabela 8 é consequência da modernização nas cadeias produtivas juntamente com instalações de novas empresas tecnologicamente avançadas. A variação de 1998 em relação ao ano de 1997 segundo classes e gêneros para o Brasil mostrou que a indústria extrativa mineral alcançou um acréscimo de 12,39 pontos percentuais enquanto o Nordeste a variação foi de 2,40 pontos percentuais.

Pode-se verificar na tabela acima que em relação ao ramo de minerais não-metálicos o Nordeste apresentou um crescimento de 18,01% ou seja, bem superior ao verificado no Brasil que sofreu um decréscimo de 0,46%.

Os ramos que se destacam, dentre eles o de química, minerais não- metálicos, vestuário, metalúrgica, material elétrico e de comunicações e papel e papelão, pode-se atribuir o impulso gerado através de incrementos substanciais na produção de derivados do petróleo e fibras de poliéster, no crescimento da atividade de construção civil e no aumento da fabricação de camisetas.

Vale ressaltar a superação do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos na região nordeste que apresentou acréscimo de 15,65% enquanto que o país sofreu uma queda na participação de 4,77 %, mostrando-se um setor potencial em a favor de uma política que vise incentivar a potencialidade da região para promover o desenvolvimento local.

Os gêneros que registraram decréscimos na produção, sobretudo o de produtos Alimentares e Têxtil, que detém uma forte participação, produz variações influenciadas pelos seus comportamentos gerando uma pressão negativa das significativas participações que possuem em relação ao valor agregado da atividade(tabela8).

O comportamento do setor industrial nordestino registrou modesto desempenho (1,7%) em 1999 ,embora bem superior ao obtido pelo país que apresentou decréscimo de 1,69%, mediante a taxa de crescimento nordestina que foi sustentada pelo setor de industria de construção civil (4,4%) e energia elétrica (2,7%).

Em termos gerais, a indústria geral nordestina apresentou decréscimo real em 1999 de 0,34% como resultado da ponderação das indústrias extrativa mineral (-1,40%) e de transformação (-0,09%) totalizando um decréscimo da produção de -0,01% contra o de - 1,69% verificado para o Brasil como um todo, o que se mostra menos vulnerável à crise nacional em 1999 do que o segmento industrial do país (SUDENE, Carta de Conjuntura, 1999).

Dos setores da indústria de transformação nordestina que apresentaram taxa negativa destacam-se os gêneros de vestuário (-16,68%), influenciados por problemas enfrentados na

produção de camisetas e de fio, e material elétrico e de comunicações (-16,79%) com a diminuição da produção de eletrodos de grafita. O desempenho obtido no ano está alicerçado fundamentalmente na performance registrada pela metalúrgica (5,37%),impulsionada pelo aumento de produção de vergalhões de cobre, química (2,76%), pela magnitude de seu peso e aumento substancial de nafta e óleo combustível e o têxtil (3,04%) estimulado pelos itens tecidos de algodão (Tabela 9).

Tabela 9
Brasil e Região Nordeste
Variação % da produção Física da Indústria Extrativa e de Transformação
Segundo as Classes e Gêneros – 1999/1998

Classes e Gêneros	Brasil	Nordeste	Ceará
Indústria Geral	-0,72	-0,34	4,03
Ind. Extrat. Mineral	9,11	-1,40	-
Ind. De Transformação	-1,69	-0,09	4,03
Minerais não-metálicos	-3,14	-3,89	-6,28
Metalúrgica	-1,07	5,37	22,12
Mat. Elet/de Comunicações	-11,31	-16,79	-31,33
Papel e Papelão	4,82	8,73	-
Borracha	5,04	5,97	-
Couros e Peles	-3,41	-12,73	-7,83
Química	0,92	2,76	-14,98
Perf. Sabões e Velas	7,18	7,27	-39,36
Produtos de Mat.Plásticas	-6,16	7,74	-4,54
Têxtil	2,11	3,04	11,88
Vest.Calçados/ Art.Tecidos	-3,40	-16,68	8,68
Produtos Alimentares	2,72	-1,76	1,49
Bebidas	0,08	-6,76	29,76
Fumo	-7,44	70,57	-

Fontes: SUDENE, Carta de Conjuntura, Ago.1999.

Ao analisar a Tabela 9 pode-se concluir que o crescimento da indústria geral, no ano de 1999, para o estado do Ceará apresentou melhor índice de crescimento quando comparado aos índices nacional e regional. Observa-se que o crescimento da variação da produção física foi de 4,03% em relação ao ano de 1998 enquanto a região nordeste teve decréscimo de 0,34% e a variação verificada para o país apresentou um decréscimo ainda maior de 0,72% em relação ao ano de 1998. Os setores que mais cresceram e conseqüentemente elevaram o

índice de crescimento da indústria geral cearense foram: bebidas (29,76%), metalúrgica (22,12%), têxtil (11,88%), vestuário ,calçados e artigos de tecidos (8,6%) .

O estado do Ceará teve seu melhor resultado para indústria de transformação (4,03%) alavancada pelos significativos aumentos na produção de fios de algodão, atas metálicas para embalagens e calças compridas.

Vale ressaltar que alguns setores da indústria, como têxtil, vestuário ,calçados e metalúrgica, tiveram aumento significativos em decorrência da implantação de uma política de benefícios fiscais implantada pelo governo do estado para atrair investidores de outros centros para o estado do Ceará.

1.3 – Comércio Exterior

Uma análise do desempenho exportador da Região Nordeste entre os anos de 1991 a 1996 demonstra que o estado do Ceará obteve um leve ganho na sua posição relativa no PIB da região. A Bahia registrou uma maior participação em 1996 de 31% e quando somado aos estados de Pernambuco (17%) e Ceará (16%) perfazem uma participação total de 64% (Tabela 10).

Tabela 10.

Participação do PIB dos Estados Nordestinos no PIB da Região (PIBest/PIBne)

Estados do NE	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	0,0887	0,0862	0,0879	0,0880	0,0880	0,0903
Piauí	0,0439	0,0379	0,0406	0,0435	0,0437	0,0439
Ceará	0,1510	0,1583	0,1597	0,1596	0,1601	0,1629
Rio Gr.Norte	0,0652	0,0663	0,0640	0,0657	0,0658	0,0671
Paraíba	0,0619	0,0622	0,0621	0,0659	0,0673	0,0691
Pernambuco	0,1733	0,1737	0,1708	0,1695	0,1721	0,1703
Alagoas	0,0571	0,0581	0,0547	0,0553	0,0546	0,0532
Sergipe	0,0402	0,0432	0,0390	0,0367	0,0358	0,0358
Bahia	0,3177	0,3140	0,3213	0,3158	0,3127	0,3074

Fonte: Apud SUDENE/Boletim Conjuntural,SUDENE,1997

Como se pode observar na tabela 10, os estados que participaram com crescimento do PIB entre os anos de 1991 a 1996 foram: Maranhão, Ceará e Paraíba. O estado do Maranhão apresentou uma participação no PIB dos estados nordestinos de 8,87% em 1991 encerrando o ano de 1996 com 9,03%, o Ceará detinha 15,10% de participação em 1991 e em 1996 participou com 16,29% enquanto em 1991 o estado da Paraíba apresentava uma participação de 6,19% encerrando o ano de 1996 com 6,91% do PIB total da Região Nordeste.

Dentre os estados restantes da região nordeste pode-se verificar que os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia apresentaram decréscimos no PIB e o estado do Piauí obteve participação de 4,4% em 1991 seguido de pequenos decréscimos entre os anos de 1992 a 1995 e finalmente em 1996 apresentou a mesma participação de 4,4% verificada em 1991.

Analisando detalhadamente a tabela, pode-se perceber que o Ceará detém o terceiro maior PIB da região nordeste ficando atrás apenas de Pernambuco e Bahia este, com o maior PIB da região. O PIB do estado da Bahia é quase igual a soma dos PIBs do estado de Pernambuco e Ceará, ou seja, Bahia participou em 1996 com 30,74% do PIB na região nordeste enquanto que a soma dos PIBs do estado do Ceará e Pernambuco atingiram 33,32 pontos percentuais.

Uma mudança na pauta de exportação da região nordestina pode ser observada quando compara-se as vendas do Nordeste para o exterior nos anos de 1980 e 1996. Em 1980 45% das vendas eram compostas por produtos industrializados, quando em 1996 essa participação atingia 78% mediante às instalações de novas empresas dotadas de tecnologias avançadas, bem como a forte modernização das já existentes. Dentre estas se destacaram fundamentalmente, os ramos de química, metalúrgica, material elétrico e de comunicações, papel e papelão, vestuário, calçados e artefatos de tecidos além das culturas emergentes como: uvas frescas, mangas frescas ou secas, melões frescos e soja (Carta de Conjuntura, 1997).

Em consequência, principalmente da política cambial adotada no Brasil, no ano de 1994 até 1996, as importações nacionais e nordestinas tiveram um acréscimo de 63,8%, neste período, contra 10% de incremento das exportações traduzindo assim, déficit na balança comercial decorrente das elevadas taxas de crescimento das importações e redução das exportações (BOLETIM CONJUNTURAL, 1999).

Com a recessão interna a partir de 1997, provocada por uma contração de demanda de produtos internacionais, os fluxos de exportações e importações vem declinando significativamente. Em 1998, as importações do Nordeste apresentaram queda de 14,5%, quando comparadas ao ano anterior e as exportações de forma menos declinante apresentaram decréscimo de 6,1%. As exportações brasileiras mostraram queda menor do que a nordestina de 3,5% no ano de 1998.(Tabela.11)

Dentre os principais produtos que provocaram redução nas importações do Nordeste no ano de 1998 em relação ao ano de 1997 foram: Naftas para petroquímica (-24,36%), óleo diesel (-39,80%), sulfatos de cobre (-37,94%), algodão não cordado (-34,39%), óleos brutos de petróleo (-7,45%), e butanos liqüefeitos (-42,77%) (BOLETIM CONJUNTURAL, 1999).

Tabela.11
Brasil, Região Nordeste e Estados
Taxa de crescimento das Exportações e das Importações
1998/1997 e 1999/1998 (Jan./Mai)

Estados	Exportação 98/97 Variação Anual %	Importação 98/97	Exportação 99/98 Variação (Jan/Mar)%	Importação 99/98
Maranhão	-14,6	-23,4	-3,5	-14,8
Piauí	-5,1	-45,3	-31,5	-61,7
Ceará	0,6	-11,1	-10,2	22,5
Rio G.do Norte	8,8	-29,4	-7,8	11,5
Paraíba	-37,8	-28,2	45,6	-35,7
Pernambuco	-2,8	3,4	-58,8	-26,2
Alagoas	-14,8	-40,1	-28,0	1,7
Sergipe	-21,2	12,2	-33,2	-28,8
Bahia	-2,1	6,5	-26,5	-25,2
Nordeste	-6,1	-14,5	-26,4	-17,2
Brasil	-3,5	-3,5	-15,6	-21,0

Fonte: Carta de Conjuntura 1999.Sudene/Contas Regionais.1999

Através da tabela 11 pode-se observar que em 1998 todos os estados nordestinos apresentaram decréscimos nas suas exportações com exceção para o Ceará (0,6%) e Rio Grande do Norte (8,8%) em relação ao ano de 1997. Em 1998 pode-se verificar uma queda nas importações nordestinas de 14,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os

estados que obtiveram crescimento das importações em 1998 em relação ao mesmo período de 1997, foram: Pernambuco (3,4%), Sergipe (12,2%) e Bahia (6,5%).

No ano de 1999, em relação ao mesmo período de 1998, tanto as exportações da região nordeste como no resto do país, apresentaram declínio. A região nordeste registrou decréscimo para as exportações de 26,4% e para as importações de 17,2%. Todos os estados apresentaram queda nas suas exportações com exceção para o estado da Paraíba que apresentou um incremento de 45,6% no ano de 1999 em relação ao ano de 1998.(tabela 11)

Conforme exposto na tabela 11, somente os estados do Ceará (22,5%), Rio Grande do Norte (11,5%) e Alagoas (1,7%) apresentaram crescimento em suas importações no mesmo período (1999/98). Em relação ao Brasil, registrou-se uma queda na variação da taxa de crescimento das exportações de 15,6% enquanto as importações apresentaram queda de 21,0% no ano de 1999 em relação ao mesmo período do ano de 1998.

Segundo dados da SUDENE, os principais produtos que contribuíram para uma queda marcante na participação das vendas externas em 1998, foram: o açúcar de cana em bruto (-4,96%), alumínio (-25,91%), castanha- de- caju (-9,14%), manteiga de cacau (-4,04%), outros açúcares de cana (-14,16%) e outros papéis cartões (-9,28%). Nota-se que a evolução da balança comercial nordestina depende da evolução dos preços das *commodities*. (SUDENE, Carta de Conjuntura,1999).

Com a lentidão do efeito da desvalorização cambial, a balança comercial em 1999 foi marcada por um fraco comportamento dos fluxos de exportações e importações, conseqüentemente o Nordeste voltou a apresentar um saldo negativo de US\$168 milhões contra o comportamento deficitário registrado para o Brasil de US\$ 1,2 Bilhões. Para este último valor a região contribuiu com 14%, o que corresponde a aproximadamente sua participação no PIB do país que é cerca de 16%. (SUDENE, Carta de Conjuntura,2000).

Nos primeiros meses do ano de 2000 a balança comercial do Brasil apresentou um *superávit* de US\$ 183 milhões o que reflete uma recuperação da sua competitividade no mercado externo. Este resultado proporciona melhores perspectivas para a região Nordeste mediante a quantidade de investimentos feitos nos últimos anos por empresas nacionais e estrangeiras sinalizando uma ação exportadora mais agressiva na região.

A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações estabelece uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial uma vez que promove a monetização da economia, o crescimento da renda interna, a criação de novos mercados e, conseqüentemente o desenvolvimento do comércio exterior.

Paralelamente ao desempenho da dimensão sistêmica da competitividade da indústria nordestina, inclusive o estado do Ceará, é indispensável ressaltar os países de destino das suas exportações. Para uma análise que envolve os principais setores no período de 1996, procura-se agrupar os países segundo blocos econômicos. Dentre os principais blocos econômicos que comercializam com a região nordeste destacam-se:

1. União Européia- UE (formada por Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido).
2. EUA – Estados Unidos da América .
3. NAFTA (-): Canadá e México.(-) Exceto Estados Unidos.
4. MERCOSUL: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.
5. ÁSIA (-): República da Coreia, Hong Kong, Tailândia, Cingapura, Malásia, Taiwan e Filipinas. (-) Exceto Japão e China.
6. JAPÃO

Os dados apresentados na tabela 12 são resultados de pesquisas elaboradas pela Associação Cearense de Pesquisa e Estudos Econômicos, Administrativos e Contábeis (FONTENELE & MELO, 1999) no período de 1996 para focalizar os principais destinos das exportações do nordeste.

Contudo busca-se demonstrar as porcentagens dos principais destinos das exportações realizadas através da região nordeste mediante alguns setores selecionados.

Tabela.12
Exportações do Nordeste
Principal Região de Destino segundo Setores Revelados (1996)

Nome Setor	Nordeste
Peixes, crustáceos e moluscos	EUA
Produção de origem animal	ASIA (-)
Frutos comestíveis, cascas de frutas, etc	EUA
Café, chá, mate e especiarias	EU
Sementes e frutos oleag. Grãos, etc	EU
Gomas, resinas, outros sucos ,ext.vegetal	EUA
Gorduras, óleos e ceras (ani. e veg)	EU
Açúcares e produtos de confeitaria	EUA
Cacau e suas preparações	EUA
Prep. de legumes, hort. Frutas, etc	EU
Bebidas líquidos alcoólicos e vinagre	UE
Fumo ou tabaco	UE
Sal, enxofre, cal e cimentos, etc	UE
Minérios metal, escórias e cinzas	JAPÃO
Combust. ,óleos e ceras mineral	UE
Produtos químicos inorgânicos	MERCOSUL
Produtos químicos orgânicos	MERCOSUL
Fertilizantes	MERCOSUL
Extratos tana. e tintor; tintas, etc	MERCOSUL
Óleos essenciais e resinóides, etc	UE
Sabões, ceras artificiais, etc.	MERCOSUL
Produtos para fotografia e cinematografia	EUA
Produtos diversos da indústria química	MERCOSUL
Borracha natural ou sintética	MERCOSUL
Matérias plásticas artificiais, etc	MERCOSUL
Peles e couros	UE
Madeiras e suas obras. Carvão vegetal	UE
Materiais utilizados na fabricação de papel	EUA
Papel, cartolina, cartão e suas obras	EUA
Têxteis metalizados	MERCOSUL
Lam, pêlos e crinas	UE
Linho e rami	UE
Algodão	UE
Têxteis sintéticos e artificiais descontínuos	EUA
Outras fibras vegetais	UE
Pastas e feireitos	NAFTA (-)
Vestuário e seus acessórios de tecido	UE
Outros artigos de confecções de tecidos	EUA
Confecções diversas	MERCOSUL
Calçados, perneiras, etc.	MERCOSUL
Obras e pedras, gesso, cimento, etc	UE
Alumínio	JAPÃO

Fonte: FONTENELE & MELO.1999.

Conforme setores acima selecionados, dentre as exportações totais que o nordeste comercializa com os principais blocos econômicos, os Estados Unidos da América (EUA) participam na pauta com 27,45% com 14 setores diferentes voltados à exportação, entre estes os setores de peixes crustáceos, moluscos, frutos comestíveis, cascas de frutas açúcares, cacau, entre outros. Em seguida nota-se a importância relativa da demanda de setores na pauta das exportações nordestinas para os países da União Européia (UE). Este participa com 37,25% com 19 setores representantes do total selecionado (51), enquanto a Ásia (-) participou com 1,96%, o Japão com 3,92% e o bloco Nafta com 1,96%.(tabela 12)

Os países do bloco Mercosul contribuem com 27,45% no total de 14 setores analisados entre estes os setores de produtos químicos, borracha natural, têxteis metalizados, confecções diversas, calçados, máquinas, etc. A demanda do Mercosul propicia uma diferenciação na pauta das exportações com vista a estimular a produção de produtos industriais tradicionais.

Segundo o relatório da SUDENE em 1996 o estado do Ceará exportou em 13 setores selecionados para os EUA e 15 setores para a UE. Os principais produtos que tiveram uma maior participação das exportações para esse país comparando às participações dos demais setores para esse destino, foram; “frutos comestíveis e casaca de frutas”, etc. ,seguido de peixes, crustáceos e moluscos. O total das exportações cearenses de produtos de origem animal destina-se à União Européia. Para o Mercosul o Ceará destina 60% da exportação de “têxteis metalizados” e apenas 4% deste segundo setor exportador para os EUA. O setor “gorduras, óleos e ceras” exporta 30% para os EUA e 30% destina-se ao Japão (ACEP,1999, p.117).



Considerações Finais

É visível em nível macro que as exportações são promotoras do desenvolvimento econômico e que para tanto é necessário aumentar o valor agregado das exportações brasileiras em busca de melhoramentos na balança comercial e estabilidade econômica associada a eficiência industrial.

De acordo com os setores potenciais e o desempenho do Nordeste, e em particular do estado do Ceará pode-se promover políticas de incentivos às classes e gêneros que se destacam a fim de criar condições favoráveis ao desenvolvimento uniforme da região. Ao considerar as vantagens competitivas como potencial exportador, a região tende a promover equilíbrio na balança comercial e conseqüentemente promover o desenvolvimento local.

Tendo em vista que o estado do Ceará caracteriza-se por apresentar setores produtivos potenciais ao melhoramento do saldo da balança comercial da região e detém um número significativo de pequenas e médias empresas na sua estrutura industrial como será visto no capítulo três deste estudo, buscar-se-á no capítulo seguinte ressaltar a importância de promover políticas de apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas Industriais baseadas nos setores e relatos aqui apresentados para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente superação das desigualdades sociais.

CAPÍTULO 2: MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS INDUSTRIAIS : DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização caracteriza-se pelo processo de integração mundial que se intensifica nas últimas décadas com base na liberalização econômica, provocando gradativamente o abandono de barreiras tarifárias que protegem a produção da concorrência estrangeira e intensificando os fluxos internacionais de bens, serviços e capitais. A recente revolução na tecnologia da informação contribui de forma decisiva para essa abertura na medida que sua evolução torna-se fundamental para agilizar o comércio, o fluxo de investimentos e a atuação de empresas transnacionais permitindo uma integração sem precedentes de pontos distantes do planeta.

As transnacionais implementam mudanças significativas no processo de produção, auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam melhores vantagens fiscais, menor ação de sindicatos e mão-de-obra e matéria-prima baratas prejudicando assim o mercado interno para as empresas nacionais.

Em 1990, além da adoção de medidas que facilitaram a entrada de produtos industrializados, o Brasil passou a se inserir de forma mais explícita no fenômeno da globalização da produção. A modernização industrial no país como um todo, se deu de maneira tal que as maiores vão substituindo as menores empresas de forma progressiva, sem conseguir gerar impactos que atinjam com uniformidade toda uma região.

Os impactos sofridos pelo parque industrial brasileiro refletem a falta de competitividade dos produtos nacionais frente aos similares estrangeiros e traduzem a crise na atividade industrial como um todo.

No Ceará, o setor industrial foi fortemente afetado pelo ambiente macroeconômico do país que marcou a década de 90. Vendo-se obrigada a enfrentar a forte restrição de recursos financeiros entre 1989 e 1993 que juntamente com as altas taxas de inflação

provocaram uma queda expressiva da posição da indústria de transformação cearense e o fim do protecionismo resultante da abertura de mercados, a indústria é forçada a reestruturar seus núcleos produtivos o que resulta conseqüentemente no aumento do desemprego, na queda no salário real e na redução da demanda.

Porém, após 1994 com o plano Real e a política de incentivos do governo, essa tendência se reduz. Neste contexto, propõe-se amenizar os impactos negativos através de apoios de forma sistemática ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas competitivas, inovadoras, de estrutura flexível e que sejam capazes de fazer uso adequado de moderna tecnologia.

No contexto atual em busca de racionalização, o desemprego estrutural fruto das mudanças conjunturais e estruturais é geralmente atribuído às estratégias empresariais e encarado como aspecto natural e inerente ao processo de acumulação capitalista, o que reflete uma enorme distância entre as preocupações empresariais e o futuro quanto as relações sociais no desenvolvimento das regiões.

Em vez de serem utilizadas apenas como instrumentos de políticas sociais, procura-se neste capítulo deter a importância das pequenas e médias empresas industriais na produção de efeitos multiplicadores crescentes sobre o produto e a renda quando se cria alternativas internas que possibilitam gerar estratégias de sobrevivência neste segmento frente às grandes indústrias. Tendo em vista que o segmento de MPMI's representam mais de 90% em termos de número de estabelecimentos no estado do Ceará, é notável sua importância relativa na estrutura econômica.

O foco deste trabalho privilegia o Nordeste, e em particular o estado do Ceará. Isso se deve ao fato de que o perfil da produção industrial no Ceará é caracterizado por micros, pequenas e médias empresas predominantes em termos de número de estabelecimentos

Em seqüência mostra-se que as micros, pequenas e médias empresas industriais (MPMI's) possibilitam um desenvolvimento mais integrador, economicamente mais justo e socialmente mais desejável à medida que se coloca a questão em encontrar formas de garantia à sua competitividade para que possam assim, adotar novas formas de organização capazes de iniciar um processo de desenvolvimento inter- empresa.

2.1- Os problemas das Micros, Pequenas e Médias Indústrias Brasileiras

Para encarar a MPMIs como fonte de dinamismo econômico é necessário ressaltar as diversas dificuldades encaradas pelas mesmas na busca de encontrar formas à garantia de competitividade .

Os problemas aqui apresentados podem ser classificados como de caráter gerencial, tecnológico, financeiro e fiscal. Diante do conjunto de barreiras que prejudicam sua competitividade, destacam-se (segundo dados do SEBRAE : AMORIM,1998. p.24):

- Carência de Informações sobre a Evolução do Mercado de seus Produtos;

De uma forma geral, tanto no mercado doméstico como no externo, as micros, pequenas e médias indústrias (MPMIs) não tem acesso a informações adequadas sobre a situação da oferta, da procura e dos preços de outros mercados.

A carência de informações para o direcionamento de sua política de marketing as tornam incapazes de expandir as vendas para outras áreas ou mercados provocando assim, uma limitação de seu poder de barganha.

- Difícil Acesso às Fontes de Métodos e Processos mais Avançados

Os problemas técnicos e financeiros que enfrentam as MPMIs não permitem os benefícios dos avanços tecnológicos que constituem a base do crescimento das grandes empresas. Há ausência de um sistema de transferência de tecnologia das instituições de pesquisa para as pequenas indústrias.

- Dificuldade de Contratação de Pessoal Técnico

Tradicionalmente as micros, pequenas e médias indústrias dificilmente conseguem reter a mão-de-obra especializada em face dos elevados níveis de remuneração. As necessidades de renovação e especialização de seus quadros dirigentes, constitui um problema

de difícil solução. O mercado de mão-de-obra especializada é altamente competitivo e absorvido pela grande empresa.

▪ Exigências de Natureza Fiscal e Financeira

Impostas não apenas pelos órgãos governamentais como também pelo próprio mercado financeiro, estas exigências, provocam elevados custos administrativos e geralmente ocasionam dificuldades intransponíveis para o seu correto atendimento.

Por outro lado, as micros, pequenas e médias indústrias, não tendo condições de acompanhar as diversas alterações da legislação econômica e fiscal, somadas a ausência de uma melhor orientação, ficam sujeitas, muitas vezes, a multas e juros de mora, devido à complexidade das leis e a velocidade de suas alterações, cujas interpretações variam até mesmo dentro do próprio órgão fiscalizador.

▪ Influências Negativas das Bruscas Variações de um Mercado em Expansão.

Rápidas e permanentes adaptações às novas condições estruturais e tecnológicas são impostas as MPMIs que acabam por representar um considerável fator de pressão externa sobre estas empresas, notadamente quando se considera a sua vulnerabilidade às flutuações de mercado ou às alterações das práticas vigentes.

▪ Falta de Acesso às Fontes de Financiamento

Uma empresa de porte médio ou pequeno, em geral, não é capitalizada suficientemente para suprir com recursos próprios as suas necessidades, acarretando assim, uma tendência natural de recorrerem as instituições financeiras.

Devido a insuficiência de capital próprio, as MPMIs são obrigadas a recorrerem às fontes de financiamento em condições não compatíveis com as suas necessidades e com a natureza dos problemas que enfrentam., tornando na maioria dos casos, a assistência financeira prejudicial aos seus interesses. A própria análise dos índices econômico-financeiros da empresa, acarretam de imediato, os primeiros obstáculos para um financiamento rápido e eficiente.



- Falta de Garantias Reais ao Financiamento

A carência de garantias reais, face à natureza precária das origens econômica, técnica e social das MPMIs, para contrapartida de financiamento torna-se um dos vitais problemas na sua administração. Há comumente uma grande limitação na oferta de valores reais a serem colocados em forma de penhora ou hipoteca para as Instituições financeiras, o que gera um impedimento natural de acesso ao financiamento solicitado.

Diante das reais necessidades de capital, tanto para inversões fixas quanto para giro, as MPMIs, quase sempre aceitam as imposições das instituições financeiras de reduzirem o teto de financiamento, uma vez que as mesmas não são capazes de atender as garantias exigidas.

- Problemas Relacionados com a Área de Produção.

Os maiores problemas são decorrentes de deficiências no processo produtivo, no planejamento e controle da produção da empresa. As principais barreiras que prejudicam o desenvolvimento de micros, pequenas e médias empresas têm origens nas dificuldades de acesso a vários instrumentos, tais como o acesso aos insumos e componentes, e o acesso à tecnologia.

O crescimento desordenado, que ocorre na maioria das MPMIs, contribui para a concentração de problemas nessa área e, sendo sua solução de caráter eminentemente técnico, supera, na maioria das vezes, a própria capacidade gerencial dos empresários.

- Problemas Relacionados com a Área de Comercialização

De uma maneira geral, os problemas seguem desde a formulação de uma política de vendas frente aos concorrentes, à simples organização das equipes. Normalmente são caracterizados pela carência de um razoável quadro de recursos humanos.

Tendo-se que defrontar com a grande empresa, as MPMIs na situação de fornecedores ou até mesmo na posição de concorrentes são obrigadas, para não serem

marginalizadas, a seguir as normas e práticas do mercado consumidor que nem sempre são condizentes com a sua estrutura econômica e financeira.

- Dificuldades Correlacionadas com a Administração Geral

O risco de um resultado na perda da capacidade produtiva e má administração decorre perante a ausência de informações gerenciais ocasionadas pelas dificuldades de atualização contábil e a falta de detalhamento da situação real da empresa .

Outro aspecto pode ser atribuído à concentração de responsabilidades em uma única pessoa que provoca um encadeamento de problemas e vícios na estrutura administrativa da unidade industrial.

- Inexistência de Programa Interno de Controle de Custos

A inexistência de qualquer sistema de custeio da produção na totalidade do segmento produtivo acarreta danosas conseqüências para as MPMIs tanto nas tomadas de decisões relativas à área de marketing como por constituir um instrumento básico do controle da eficiência operacional da empresa.

Geralmente nas MPMIs uma gerência de marketing é substituída por uma chefia de vendas que acarreta inadequada perda de mercados, comprometendo as vias de distribuição e conseqüentemente deficiências na produção e dificuldades na revisão de receitas.

- Problemas Relacionados com o Planejamento e Controle Financeiro

A deficiência de capital de giro, normalmente encontrada, é conseqüência do planejamento e controle financeiro no tocante à melhor utilização dos recursos disponíveis. Além de não considerar a não implantação, de modo prático e eficiente de um programa de controle orçamentário para acompanhar a projeção do fluxo de caixa somados à carência de pessoal qualificado.

Contudo no âmbito geral as pequenas e médias empresas industriais brasileiras são deficientes no que diz respeito à estrutura administrativa e organizacional. A maioria dos

indivíduos que exercem a função gerencial desconhecem as modernas técnicas de administração, problema que deve ser somado à ausência de um instrumento de controle contábil.

A estrutura de pequeno e médio porte acaba por se tornar inadequada perante a excessiva centralização da autoridade e ausência de planejamento global a curto, médio e longo prazos. Quando todas as funções executivas são assumidas pelos próprios empresários ou diretores resta-lhes pouco tempo para planificar e controlar sistematicamente o desenvolvimento de seus negócios, pois o crescimento da empresa depende da personalidade e caráter dos proprietários, do espírito de iniciativa e de suas qualidades como administrador.

Diante das inúmeras barreiras enfrentadas pelas micros, pequenas e médias empresas industriais, procura-se evidenciar a importância da sua existência para o desenvolvimento local e estabelecer meios de operacionalização da produção com inserção no comércio internacional afim de manter uma posição segura, incentivadora e satisfatória.

2.2- Pequenas e Médias como estratégias de desenvolvimento Local

Isoladas as micros, pequenas e médias empresas industriais não dispõem de potencial para afetar os aspectos econômicos nem enfrentar as diversas barreiras citadas anteriormente. Por sua própria natureza ,além dos fatores acima, ao trabalharem de forma isoladas as MPMIs não conseguem auferir as economias de escalas que beneficiam as grandes empresas.

Novas formas de organização da produção e da comercialização tem conferido significativos ganhos de competitividade às MPMIs trazendo nova vitalidade para esse segmento de firmas que até recentemente era tratado como marginal no processo de desenvolvimento industrial.

Embora existam diversas alternativas que possibilitem a promoção da competitividade nas MPMIs, como exemplo uma política de compras governamentais que exija qualidade e garantia de compra de seus produtos ou uma política de competitividade do

câmbio que favoreça a importação para as MPMI's, a análise será restringida a formação de clusters.

Em virtude de possibilitarem o crescimento do produto interno e possuírem um elevado potencial na geração de emprego as pequenas e médias empresas industriais organizadas na forma de *Clusters ou Distritos Industriais* conseguem vantagens do tipo: economias de escala, uso de tecnologia e inserção no mercado.

A forma de organização do tipo *Clusters* tem origem na idéia Marshalliana (MARSHALL, 1920 Apud GALVÃO, 1999, p.3) de "Distritos Industriais", a qual se referia a um conjunto de firmas do mesmo ramo com a presença de um sistema integrado formado por empresários, instituições, bem como a presença de uma interdependência entre as empresas, a atmosfera industrial e a densidade institucional. Segundo Marshall, um distrito industrial era formado por um aglomerado de empresas que são na sua maioria micro, pequenas e médias concentradas numa determinada localidade mediante a flexibilidade da produção e estreitamente integrada entre elas e ao ambiente social e cultural.

Os Clusters de MPMI's constituem formas viáveis de promover o desenvolvimento de uma região na medida em que absorvem a mão de obra fornecendo uma base para geração de novas formas de produção, desenvolvimento de novas técnicas e conhecimentos específicos que possibilitam uma remuneração maior à nível de emprego quando comparado ao salário médio pago nas grandes indústrias (AMORIM, 1998).

A importância das MPMI's destaca-se através dos aspectos positivos surgidos mediante sua dinâmica econômica sobretudo, quando se constitui uma fonte de estímulo à livre iniciativa e a capacidade empreendedora. Sua participação social é significativa para contribuição da descentralização da atividade econômica e democratização do capital. Além de serem empresas, na sua maioria, nacionais as MPMI's não exigem grande demanda às importações devido a baixa dependência de tecnologia externa necessária ao processo produtivo que requer reduzida utilização de máquinas.

A estrutura industrial característica de micro, pequenas e médias empresas torna-se fundamental para preservar a estabilidade e a dinâmica do mercado, uma vez que proporciona

uma melhor distribuição de renda ao concentrar-se em pequenas unidades produtivas de capital nacional e não em alguns grandes empresários.

O incentivo à micros, pequenas e médias empresas exerce um papel político importante na medida em que promove o crescimento e fortalecimento da classe média nacional sendo encarado como um instrumento de desproletarização da classe trabalhadora e proporcionam uma ascensão da classe média na escala de poder econômico e social (AMORIM,1998).

Atualmente, é inegável a importante contribuição que as grandes empresas geram para uma economia, inclusive no tocante a Balança Comercial, mas deve-se salientar que à medida que acumulam lucros a renda torna-se cada vez mais concentrada na mãos de poucos. Através de uma melhor distribuição de renda pode-se promover relações capital trabalho mais harmoniosas integrando um maior número de indivíduos neste processo.

Os conflitos de classes são amenizados mediante o reduzido tamanho do empreendimento e pela constante presença do próprio empresário dentro da indústria que compartilha as próprias tarefas do processo produtivo e na sua maioria se integra aos problemas pessoais de alguns funcionários através de uma melhor relação empregado *versus* empregador (AMORIM,1998).

O aumento do nível de bem-estar surge em consequência da absorção da mão de obra através da geração de um nível considerável de emprego que possibilita a aquisição da renda e constitui uma importante variável para promover o desenvolvimento regional (GALVÃO, 1999).

No contexto de incapacidade de absorção de mão de obra e desequilíbrios regionais causados pela estrutura formal de uma economia é urgente pensar em soluções que visem a interação de setores potenciais para desenvolvimento de vantagens competitivas que possibilitem enfrentar grandes competidores e penetrar nos mercados nacionais e internacionais.



2.3.- Clusters e suas dimensões.

O conceito de clusters, de origem anglo-saxônica, denomina um conjunto numeroso de empresas, em geral pequenas e médias, operando em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção. Cada empresa autônoma participa de um mesmo ramo de negócio dedicando-se em certas tarefas específicas que se relacionam ao aspectos de produção, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e novos mercados (AMORIM,1998). Os produtos gerados por elas são complementares e necessários à formação do produto final.

A organização de pequenas e médias empresas em forma de clusters proporciona dinamismo à produtividade trazendo mais competitividade e força para as empresas integrantes. As firmas se relacionam intensamente a fim de conciliar os aspectos de competição e cooperação que são necessários para a harmonia e o sucesso do cluster.

A especialização das firmas confere ao setor maior competitividade pela flexibilidade que proporciona à introdução de inovações em seus produtos de forma rápida, ágil e exercendo a divisão do trabalho de forma mais eficiente, uma vez que o escopo de produção torna-se mais restrito (AMORIM,1998).

Os proprietários das firmas unem-se por um ideal comum e são estimulados por relações de confiança entre si para facilitar as relações comerciais. A cumplicidade entre as partes se manifesta através de uma razão comum, seja por etnia, história, tradição, valores, cultura, religião, preferências políticas ou até mesmo esportivas para que as práticas de cooperação sejam instaladas de forma fluída.

As relações internas são sustentadas por instituições que atuam como catalisadoras do processo de entrosamento e atuação conjunta das firmas para dar suporte e maturidade às práticas cooperativas (AMORIM,1998). Os ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações unem as empresas beneficiando-as das mesmas oportunidades e enfrentando os mesmos problemas.

O espírito de inovação, a consciência de interesse coletivo e a determinação de adotar novas formas de divisão do trabalho devem estar presentes no perfil do empresário para que torne-se possível o sucesso da cooperação.

Dessa forma, as empresas de pequeno e médio porte além de serem uma alternativa econômica promissora ainda representam uma forma de produção socialmente preferível.

2.3.1- Casos bem sucedidos

Os exemplos apresentados a seguir procuram evidenciar as lições de como pode ser grandioso a ação coletiva de pequenas e médias empresas ressaltando as experiências de muitos países hoje desenvolvidos e relatos de casos brasileiros bem sucedidos que conseguiram obter maiores volume, força e competitividade às pequenas indústrias.

Através de pesquisas elaboradas pela professora Mônica Alves Amorim (AMORIM, 1998), procura-se expor algumas alternativas para implementos de políticas públicas em regiões defasadas de recursos na promoção do desenvolvimento regional.

- Califórnia (1965)

O Vale do Silício na Califórnia procurou desenvolver firmas de pequeno e médio porte priorizando o intenso relacionamento entre si na busca de alta tecnologia. Em vez de desenvolverem a verticalização da produção para se tornarem auto suficientes, as firmas procuravam desenvolver as relações entre si para se especializarem em um determinado processo da produção.

A Universidade de Stanford optou por incentivar a criação de novas firmas industriais de pequeno e médio porte, oferecendo linhas de financiamento para os ex-alunos. Os beneficiados tinham algo em comum, facilitando assim a prática da cooperação e o espírito empreendedor que foram demasiadamente incentivados pela universidade para viabilizar e assegurar a nova indústria .

O ambiente favorável facilitou o desenvolvimento das pequenas indústrias pelo fato de existir uma oferta razoável de insumos e serviços especializados. As novas firmas eram beneficiadas com a abundância na oferta de equipamentos, peças e componentes para sua instalação. Atualmente a região do Vale do Silício superou seu maior concorrente, a indústria eletrônica de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology –MIT), e possui uma rede regional de firmas que trabalham em regime de franca cooperação.

Sede de mais de 100 maiores firmas de tecnologia criadas nos Estados Unidos desde 1965, a indústria do Vale do Silício, entre 1975 e 1990 gerou cerca de 150.000 novos empregos ligados à tecnologia. Paralelamente sua concorrente formada por poucas grandes firmas baseadas na regra de fidelidade corporativa e totalmente dependente de contratos governamentais não atingiu um terço do valor total do número de empregos gerados.

Vale mencionar o valor de mercado da indústria do Vale do Silício que obteve um acréscimo em torno de US\$ 25 bilhões entre 1986 e 1990, ao passo que a indústria eletrônica de Massachusetts, neste período não superou US\$ 1 bilhão.

O sucesso pode ser atribuído aos esforços das firmas individuais que facilitam as trocas de informações simultaneamente e ao competirem umas com as outras proporcionaram uma forma de aprendizado que envolve mudanças rápidas no mercado e introdução novas tecnologias.

- Ceará (1989)

Para enfrentar os efeitos da seca em 1987 que prejudicava toda a economia cearense, o governo adotou certas medidas criando frentes de serviços para trabalhar em construção civil tais como: estradas, barragens, açudes, escolas, etc. Tais medidas tinham um caráter apenas emergencial no tocante ao recurso disponível naquele período.

A aquisição de materiais e equipamentos de construção era feita fora da região afetada pela seca. Diante da dificuldade de importá-los de outros estados brasileiros procurou-se desenvolver a fabricação dos materiais tais como: tijolos, cimento, ferro, carrinhos de mão, entre outros, nas áreas afetadas pela seca.

O processo de produção na fabricação de carrinhos de mão exigia grandes investimentos e mão de obra especializada tornando-se inviável sua produção na região. Diante das condições adversas, um grupo de produtores de São João do Aruaru, região do Município de Morada Nova, no estado do Ceará, especializados no trabalho em madeira foram solicitados para atender a requisição do Governo.

Os carrinhos de mão fabricados de madeira tiveram uma repercussão inesperada visto que agradavam os trabalhadores na frente de serviço pela sua resistência superior ao carrinho de mão tradicional e eram, reaproveitados pelos agricultores no trabalho da lavoura.

Diante da boa repercussão da qualidade do produto e enquanto duravam as obras do governo, a economia da cidade desenvolveu de forma ascendente. De uma quantidade de três serrarias com dez anos de existência o povoado passou a contar com cinco unidades em seis meses. Devido a comercialização garantida pelo governo, em obras emergenciais, foram surgindo diversos negócios ligados à madeira e conseqüentemente renda na economia da região.

Ao cessar os pedidos governamentais a economia sofreu decréscimos na produção e renda pois os compradores eram escassos para a produção de carrinhos de mão. Muitos trabalhadores desempregados pelas serrarias voltaram ao trabalho no campo.

A experiência foi de fundamental importância para o desenvolvimento futuro da região. Alguns técnicos do Serviço Brasileiro de apoio as Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) encomendaram carteiras escolares para atender uma obra de urgência da prefeitura de Fortaleza.

Os produtores com poucos recursos disponíveis tiveram que se organizar para compartilhar a encomenda e atender o pedido no prazo estipulado. Formaram-se associações que definiram em comum acordo as cotas de produção onde todos assumiam o compromisso da entrega pontual com a qualidade e quantidade assumida. Enfim, a encomenda inicial foi entregue nas condições exatas do acordo.

Diante o êxito desta experiência, outras encomendas foram surgindo e os produtores acabaram por revitalizar a economia local. Grande parte dos produtores haviam se especializado na produção de diversos produtos como móveis rústicos para casas de praia, hotéis além de diversos artigos de móveis populares.

Os produtores passaram a se especializar num determinado processo de produção, onde cada grupo tinha uma função. Alguns extraem a madeira, outros fazem móveis, outros os beneficiamentos iniciais, janelas, portas, outros fazem a pintura. Consequentemente, outros setores surgiam, tais como transportes e comercializações dos produtos em feiras públicas semanais, entre outros.

A característica de flexibilidade na produção e especialização em diversos setores do processo produtivo conferem ao aglomerado de empresas a classificação de Cluster. Em 1992 pode se verificar um número de 23 serrarias na região que passou a ser uma comunidade industrial e reafirmou a necessidade de profissionalismo nas relações de produção. Hoje, São João do Aruaru tem um número expressivo de pessoas empregadas no setor moveleiro e nas serrarias conseguindo obter um nível de renda bem superior a média da do município proporcionando assim, o bem-estar da sociedade como um todo.

- Rio Grande do Sul (1991)

Através da iniciativa privada um grande número de pequenas e médias empresas industriais se organizaram em forma de cluster, na região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, com o objetivo principal de conseguir a vitalidade das empresas na produção de calçados de alta qualidade.

A especialização em determinadas etapas do processo produtivo, muitas vezes incentivadas pelos órgãos governamentais de desenvolvimento, promoviam uma maior flexibilidade que proporcionava a introdução de inovações de forma mais rápida e mais eficiente do que nas grandes empresas.

Para conquistar novos mercados, além de suprir o mercado interno, grande parte da produção destinava-se ao mercado externo. Entretanto para torná-los mais competitivo, um dos integrantes do cluster exerceu o papel fundamental de corretor de calçados que mantinha contatos contínuos com os importadores para aquisição de novos padrões exigidos no mercado internacional repassando assim, para os produtores locais.

As tendências mundiais eram vinculadas nas participações de feiras internacionais e agentes de exportação. Portanto era necessários vínculos mais estreitos com o mercado para que as empresas se tornassem mais competitivas na forma de clusters.

Em 1995, quase 2000 firmas operavam no setor de calçados e proporcionavam 150.000 empregos diretos na economia elevando o nível de renda e o desenvolvimento da região através de diversos setores complementares criados a partir do processo produtivo e comercialização da produção inclusive escritórios de exportações.

Atualmente, a região do Vale dos Sinos concentra um dos maiores centros produtores de calçados do Brasil, caracterizando-se por apresentar produtos de alto padrão tecnológico, com enorme variedade e expressiva flexibilidade para adaptar e modificar processos e características dos produtos mediante a agilidade dos produtores inovadores organizados na forma de clusters.

2.4- As Políticas de Incentivos às Micro, Pequenas e Médias Empresas

Diante dos modelos de clusters apresentados nota-se que um desenvolvimento proporcionado pela conquista da competitividade entre micro, pequenas e médias empresas industriais facilita a agilidade na inovação técnica promovendo um aumento da produtividade e conseqüentemente descoberta de novos mercados.

Deve-se captar as potencialidades da região para promoção do desenvolvimento sustentável com elevação do bem estar social e melhoria de âmbito nacional.

Através dos fatores anteriormente apresentados para o desenvolvimento regional é necessário uma instituição que apoie de forma sistemática as micros, pequenas e médias

empresas industriais na busca de novos mercados para sua manutenção e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida de toda uma região.

Nota-se que nos exemplos de sucesso apresentados anteriormente as intervenções públicas apresentam um papel decisivo para suprir a carência e os estrangulamentos iniciais do processo em curso, sobretudo, ao tomar forma de criações de linhas de crédito que fomenta um cluster já existente na forma embrionária.

Através das linhas de crédito, as instituições proporcionam a abertura de novos canais de comercialização, oferecimento de assistência gerencial, tecnológica, jurídica, comercial, além de proporcionar oportunidades e motivações para a socialização e conseqüentemente o desenvolvimento regional.

No Brasil as condições atuais ainda são incompatíveis com a importância que as micros, pequenas e médias empresas representam no quadro econômico geral. Por esse motivo, diversas instituições tentam resgatar soluções para os problemas que entram a modernização deste segmento.

Dentre estas instituições pode-se destacar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que procura estabelecer convênios com instituições financeiras de forma a ampliar a divulgação de informações e prestação de consultorias sobre linhas de crédito e viabilização dos empreendimentos.

O SEBRAE foi criado em 1972 e, em 1990, passou por uma profunda reestruturação deixando de ser vinculado ao Governo Federal para atualmente pertencer a iniciativa privada. Segundo representantes do SEBRAE o objetivo principal é atender à necessidade nacional de “apoiar e fomentar a criação, expansão e a modernização das micro e pequenas empresas, capacitando-as para melhor cumprir o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social, de distribuição de renda, criação de empregos e geração de novos empresários” (DINIZ; OLIVEIRA, 2000, p.10).

A área de atuação do SEBRAE além de créditos por ele concedidos envolve programas específicos em capacitação, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo, exportação, pesquisa, publicações, qualidade, tecnologia e turismo.

A meta governamental é incentivar as exportações, concedendo estímulos financeiros e fiscais, desenvolvendo programas especiais para micro, pequenas e médias empresas industriais na busca de competitividade no mundo globalizado .

Devido sua estrutura administrativa, as MPMIs não dispõem dos investimentos elevados para iniciar as atividades de exportação. Através deste desafio, o SEBRAE propõe a formação de consórcios de exportação para que as mesmas possam aderir à comercialização internacional.

O Consórcio de Exportação caracteriza por ser um grupo de empresas que produzem produtos similares (sob o aspecto de mercado) ou produtos complementares que embora diferentes, apresentam alguma similaridade, seja pelas suas características técnicas, procedimentos comerciais, canais de distribuição, etc. Este, funciona como um departamento de exportação comum dos consorciados, caracterizando-se como uma empresa privada, onde os próprios consorciados determinam as direções mais adequadas a serem seguidas. Dentre as atividades dos consórcios destacam-se: a capacitação de empresas, pesquisas de mercados, adequação de produtos e participação em feiras e missões internacionais.

O Consórcio busca a união entre estas empresas para evitar a dispersão de esforços mediante as tentativas isoladas de exportar, sem contar com o volume que requer a demanda e a capacidade econômica para fazer frente aos gastos naturais que o processo de exportação exige. Segundo o SEBRAE, os produtos dos pequenos fabricantes que vêm ganhando espaço no comércio internacional através de consórcios de exportação, no estado do Ceará são; moda praia, lingerie, calçados, redes de dormir e confecções femininas.

Pela iniciativa governamental observa-se a criação da Agência de Promoção de Exportações (APEX), que dentre várias propostas apresentadas, uma destas propõe um programa de Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), conhecido como Fundo de Aval, que será destinado a facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas, aos recursos de médio e longo prazos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .

O FGPC funcionará como avalistas das MPMIs garantindo os empréstimos bancários para ampliar a oferta de crédito mediante as operações voltadas para implantação, expansão, realocização, modernização e produção destinada à exportação.

Com a execução dos programas de incentivos as exportações o Governo Federal procura disseminar a cultura de exportação para as micro, pequenas e médias indústrias e obter resultados nas áreas financeira, econômica e social, atuando na implementações de ações conjuntas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BN), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) .

A atuação do Governo Federal com as instituições bancárias são de significativa importância para geração de linhas de crédito e condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional.

Considerações Finais

O intuito deste Capítulo foi relatar a importância do desenvolvimento das MPMIs e criar condições alternativas que as possibilitem enfrentar as diversas barreiras de entrave em nível global para fomentar o incentivo à sobrevivência deste segmento de firmas, ressaltando a iniciativa governamental na geração de renda através dos incentivos às exportações.

Seguidamente convém integrar a participação das MPMIs na realidade econômica e social enfrentada no estado do Ceará ressaltando as potencialidades do estado a partir da caracterização da região e da estrutura industrial predominante.

CAPÍTULO 3: MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA DINÂMICA INDUSTRIAL DO ESTADO DO CEARÁ.

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa relacionar as políticas adotadas para o desenvolvimento e os resultados sobre a capacidade exportadora no estado do Ceará através de indicadores macroeconômicos e sociais, mediante sua inserção econômica no contexto globalizado.

Através dos aspectos sócio- econômicos que refletem o desempenho do setor industrial no comércio exterior, como visto anteriormente, busca-se inserir a importância das MPMIs em busca da sua dinâmica em relação as potencialidades da região.

3.1- Características Gerais da Economia Cearense

Inserido na Região Nordeste do Brasil, o estado do Ceará caracteriza-se por apresentar uma área territorial de 147.348 km², ocupando cerca de 9,42% do território nordestino, o que representa 1,72% da área do país.

O Estado controla o terceiro maior PIB da região no valor de R\$ 28,2 bilhões em 1999. Deste total 5,59% do PIB é representado pelo setor agricultura e pecuária, 39,37% pela indústria e 55,03% do PIB pelo setor de serviços. Em 1999 o estado do Ceará abriga uma população estimada de 7.106.605, sendo que 66,5% da população vive na área urbana e 33,5% vive na área rural. Em 1998, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* foi de 0,590 e para este mesmo ano a população economicamente ativa representou um total de 3.250.982 refletindo em 14,8% na taxa de desemprego (BALANÇO ANUAL, GAZETA MERCANTIL, Nº6, Ago.2000).

A elevada taxa de desemprego transmite que o estado não foi capaz de modificar os altos indicadores de pobreza e miséria da população, comprovando que os frutos do crescimento não vêm sendo distribuídos de forma equitativa.

Contudo, o Ceará detém 2,4% do poder de compra das famílias brasileiras, a soma do total que consomem e do que investem em bens duráveis corresponde a R\$ 17,4 bilhões (BALANÇO ANUAL, GAZETA MERCANTIL, N°6, Ago.2000).

Contraditoriamente o IDH do estado do Ceará, com índice inferior a média nacional, ocupa o 22º lugar no ranking nacional em 1999, refletindo uma situação bastante aquém da realidade e do potencial da economia local. Vale ressaltar que o IDH do Brasil em 1995 ocupava a 62ª posição mundial.

Portanto o desenvolvimento recente do estado mostra-se através de uma enorme desigualdade social observada através da concentração de riqueza. É necessário que a sociedade civil exija de seus governantes que o crescimento econômico envolva um número maior de trabalhadores para distribuição da renda tornar-se mais equitativa através de políticas públicas favoráveis em capital humano (escolaridade, educação técnica, experiência e aprendizado) e capital social (emprego, participação em sindicatos, associações políticas e estrutura familiar).

Com a implantação do Plano Real e a estabilidade monetária, o nível de renda da população mais pobre propiciou uma melhora no consumo e bem estar da maioria dos indivíduos. Uma política inicialmente com o intuito de combater as desigualdades sociais poderia ter reduzido o nível de pobreza no país. Infelizmente não há políticas que priorize unicamente o crescimento como estratégia de combate à pobreza pois o crescimento é tido como estratégia industrial, face à concorrência externa objetivando inserir o país no mundo globalizado.

Para obtenção do crescimento em nível global e regional é necessário que haja investimentos voltados para educação e qualificação do trabalhador. Pesquisas elaboradas recentemente mostram que o nível de escolaridade baixa dos trabalhadores da região nordeste influi negativamente na produtividade das indústrias.

O IDH é medido pela ONU desde 1960. Mostra a qualidade de vida nos países-membros, com base em renda, educação, e expectativa de vida. Recentemente, a ONU apresentou os resultados do IDH para os estados, regiões e municípios brasileiros. O índice varia entre zero e 1; abaixo de 0,500 indica baixo desenvolvimento humano; de 0,501 a 0,799 indica desenvolvimento intermediário e de 0,800 em diante, alto desenvolvimento humano.

Dessa forma procura-se expor as potencialidades do estado a nível industrial em nível do comércio exterior, estes fatores aliados ao incentivo do governo do estado tem por objetivo estabelecer alternativas para reduzir as desigualdades sociais e gerar uma cultura exportadora no estado do Ceará.

3.2- Estrutura Industrial do estado do Ceará

Uma análise da estrutura industrial do Ceará revela que as micro, pequenas e médias empresas predominam em termos de número de estabelecimentos, representando mais de 90% do total. Portanto caracteriza-se um segmento atrativo ao desenvolvimento de políticas que envolva um número maior de beneficiados.

Dados da estrutura empresarial do estado do Ceará obtidos pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), em 1999, revela a participação de pequenas e médias indústrias cearenses nos principais países de destino de suas exportações, segundo os produtos e setores (tabela 13).

Ao observar a Tabela 13 nota-se que dentre os portes de pequenas e médias empresas industriais, entre o período de 1999 a 2000, o setor de Alimentos e Bebidas participa em maior quantidade de estabelecimentos na pauta de exportação cearense participando com 16 empresas que destinam sua produção para os países da Europa, Mercosul, EUA e Japão. Em seguida destaca-se o setor de Confecções com 14 estabelecimentos exportadores de roupas femininas, moda-praia, lingerie, entre outros produtos desta natureza para os países da Europa, EUA, Hong-Kong e Mercosul.

O setor Têxtil, participa com 11 empresas na pauta de exportação e destaca-se entre os demais através da sua atuação na fabricação de Redes de dormir, Artesanatos em geral, Etiquetas, Tecidos Índigo e Brim e fios de algodão para os países da Europa, Áustria, Mercosul e EUA. Em seguida destaca-se os setores de Calçados e Couros com 09 empresas participantes, o setor de Metal Mecânico com 07 empresas, Minerais não-metálicos e metalúrgico (ambos com 05 empresas exportadoras), o setor de Madeira e mobiliário que atua em número de 03 estabelecimentos exportadores.

Os setores de Eletro-eletrônico e o de Químico traduz em uma participação reduzida das pequenas e médias empresas exportadoras através do número de estabelecimentos na pauta de exportação cearense.

É notável que uma política incentivadora e promotora de MPMIs beneficiariam um grande número de pessoas em toda a região, o que ocasionaria uma elevação na distribuição de renda.

Sabe-se que grandes empresas são importantes no processo de desenvolvimento e geração de renda para o estado contudo, a exclusividade em políticas regionais para sua promoção tende a obter um caráter mais concentrador de renda. Portanto, procurar-se-á dirigir este estudo apenas ao desenvolvimento de políticas de apoio as micros, pequenas e médias indústrias.

Segundo dados do Balanço Anual, entre 1995 e 1999, o Ceará recebeu 469 empresas industriais (dentre estas um número expressivo de micro e pequenas indústrias), das quais 212 estão em pleno funcionamento. Atualmente, em 2000 as MPMIs oferecem 93,4 mil empregos diretos em 60 municípios promovendo um investimento total de US\$ 4,1 bilhões (BALANÇO ANUAL, GAZETA MERCANTIL, Nº6, Ago.2000).

Contudo, a evolução recentemente observada para a economia cearense deve-se ao processo de fomento à industrialização promovido através de uma política agressiva de atração de investimentos implementada pelo Governo Estadual.

Tabela 13
Principais destinos dos Produtos das Pequenas e Médias Empresas Industriais Cearenses, segundo os setores - (1999-2000)

Principais países de destino	Classificação porte	Principais produtos fabricados	Principais matérias-primas	Descrição Setor
Argentina, Uruguai, França, Itália, Inglaterra, Bolívia e Chile	Média	Paneles	Lingote de alumínio liga 110	Metalúrgico
Europa, EUA	Média	Calcinhas e soutiens	lycra, elástico, linhas	Confecções
França, Áustria.	Média	Redes Dormir e cordões.	Fios de algodão	Têxtil
EUA e Portugal.	Pequena	Artesanato em geral	Palha de carnaúba, Areia colorida	Indeterminado
Itália, Alemanha, Espanha e México	Pequena	Peles de carneiro e de cabra wet blue	Peles de ovinos bruto cru, peles de caprino em bruto e crua.	Calçados e Couros
EUA	Média	Camarão, Lagosta, Peixe.	Lagosta, Camarão, Peixe.	Alimentos e Bebidas
	Média	Beneficiamento de mármore e granitos	Mármore e granitos em bruto	Confecções
Argentina, Equador, Chile e Paraguai	Média	Carbonato de cálcio, óxido de Cálcio e hidróxido de cálcio	Calcário	Minerais Não-metálicos
Uruguai, Paraguai, Colômbia, Venezuela e Nicarágua	Média	Carretas agrícolas, roto canteirador e perfurador de solo	Chapas metálicas e madeira	Metal Mecânico
Venezuela, Equador, Colômbia, Caribe, Chile, Argentina	Média	Gesso	Gesso	Minerais Não-metálicos
EUA e Holanda	Média	Castanha de caju e LCC	Castanha de caju	Alimentos e Bebidas
EUA	Pequena	Lagosta	Lagosta	Alimentos e Bebidas
	Pequena	Bermudas linha surf	Tecidos brim, jeans e malha	Confecções
Senegal e Colômbia	Pequena	Buggy, Jeep, Picapi até 750Kg	Fibra	Metal Mecânico
EUA, França e Espanha	Média	Calda de lagosta congelada.	Peixe, camarão e lagosta.	Alimentos e Bebidas
	Pequena	Estruturas metálicas e caldeiras	Chapas de aço, perfis e tintas	Metalúrgico
	Média	Garrafas de vidro	Areia e calcário	Minerais Não-metálicos
Espanha	Pequena	Roupas femininas	Fio sintético, malha 100% algodão.	Confecções
	Média	Calças, bermudas	Tecido, malhas, forro, botões, etiquetas, plásticos, linhas	Confecções
	Pequena	ventiladores	peças importadas	Metal Mecânico
	Pequena			Confecções
EUA e Mercosul	Média	Polpa de frutas e sucos de frutas naturais	Frutas	Alimentos e Bebidas
	Média	Tênis e sapatos femininos	Couro	Calçados e Couros
Chile, Argentina, Suécia, Costa de Marfim, Malásia, Canadá, USA	Média	Tambores de freio e Cubos de roda.	Ferro Gusa, Sucata de aço	Metalúrgico

Fonte: FIEC/Guia Industrial do Ceará 1999/00- Elaboração Própria

Cont. Tabela 13

Principais destinos dos Produtos das Pequenas e Médias Empresas Industriais Cearenses, segundo os setores - (1999-2000)

Principais países de destino	Classificação porte	Principais produtos fabricados	Principais matérias primas	Descrição Setor
	Média	soro fisiológico e soro glicosado	Manitol, glicose e água	Químico
	Média	Tecidos indigo e brim	Algodão e fio de algodão	Têxtil
Argentina e Mercosul	Média	Tecido indigo e brim	Fios de algodão	Têxtil
EUA, França, Inglaterra, Arábia, África do Sul.	Média		Polipropileno, pigmentos, papelão, filmes.	Borracha e Plástico
Espanha.	Média	Chapéus de palha	Paihas, fitas plásticas.	Confecções
	Pequena	Calcinhas e soutiens	Lycra	Confecções
	Média	Etiquetas	Fios para tecelagem, fibras têxteis (poliester)	Têxtil
	Média	Necessarie	Plástico e PVC	Calçados e Couros
Argentina, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai, Colombia, Peru, Equador, Chile, Venezuela.	Média	Vacina Anti Aftosa, Ivotan L. A, Avotan L. A, Pencivet.	Adjuntante(Oleato de manitol), Ivermectina/ Avermectina, Penicilina.	Químico
	Média	Bombas hidráulicas	Motores elétricos	Metal Mecânico
EUA, Japão.	Média		Lagosta, camarão e peixe.	Alimentos e Bebidas
Itália , Hong-Kong	Pequena	Luvras, aventais e máscaras.	Raspas bovina	Confecções
EUA e Alemanha	Média	Granitos diversos, beneficiados e/ou bruto, sob forma de ladrilhos, blocos e peças acabadas.	Abrasivos, Lâminas	Minerais Não-metálicos
	Média	Cervejas e Refrigerantes		Alimentos e Bebidas
	Média	lagosta, camarão e peixe	pescados	Alimentos e Bebidas
	Média	Fornos a gás e eletricos	Aço e ferro	Metal Mecânico
	Pequena	Calçados femininos, bolsas e cintos	Couro, solado, palmilhas e borracha	Calçados e Couros
	Pequena	Sandálias infantil e adulto	Cola PVC, Sola IPU, acessórios para calçados	Calçados e Couros
EUA, França e Portugal	Pequena	Redes de dormir e rede cadeira	Fio de Algodão	Têxtil
EUA e Europa	Pequena	Castanha de caju	Castanha in natura	Alimentos e Bebidas
Itália, Espanha, Portugal e Hong Kong	Pequena	Wet Blue e vaqueta	Couro bovino	Calçados e Couros
	Média	Móveis para decorações	Madeira, vidros e PVC	Madeira e Mobiliário
	Pequena	Cabedais e etiquetas	Laminado PVC	Produtos Diversos

Fonte: FIEC/Guia Industrial do Ceará 1999/00- Elaboração Própria

Cont. Tabela 13

Principais destinos dos Produtos das Pequenas e Médias Empresas Industriais Cearenses, segundo os setores - (1999-2000)

Principais países de destino	Classificação porte	Principais produtos fabricados	Principais matérias primas	Descrição Setor
	Média	Sistema de isolamento térmico.	Alumínio e aço inoxidável.	Indeterminado
Canadá, República Dominicana, Turquia, Trindade Tobago, Austrália, Holanda e Argentina.	Média	Ferro Silício 75%, Ferro Silício Magnésio.	Hematita, Quartzo e Carvão vegetal.	Metalúrgico
	Média	Peças Íntimas	Lycra, malha de algodão	Confecções
	Média	Maquinas para beneficiemnto de cera de carnaúba, maquinas para o beneficiamento de castanha e lavanderias industriais	Chapa em aço, carbono e inox, perfis, cantoneiras, tubos, válvulas, bombas e motores	Metalúrgico
Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia	Pequena	Redes e Colchas chenille	Anilina e Fio de algodão	Têxtil
	Pequena	Algodão e caroço de algodão	Algodão em rama	Têxtil
	Média	Móveis residenciais, hospitalares e para escritórios	Chpa, oxigênio e tinta	Madeira e Mobiliário
EUA, Paraguai, Argentina, Portugal e Peru	Média	Roupas de dormir feminina e infantil	Malha de algodão e mista tecido plano	Confecções
	Pequena	Caixas em papelão	Papelão, tinta e grampo	Metal Mecânico
	Média	Suplementos nutricionais		Alimentos e Bebidas
Europa, EUA	Pequena	Redes de dormir.	Fio de algodão.	Têxtil
Moçambique, El Salvador, Venezuela e Bolívia	Pequena	Máquinas para beneficiamento de castanha	Capas de ferro e inox	Metal Mecânico
Argentina e Uruguai	Média	Fios cirúrgicos agulhados e não agulhados	Fio caticute e fio de algodão	Eleto Eletrônico
Portugal, Peru e Paraguai	Média	Cera de carnaúba	Pó de carnaúba	Alimentos e Bebidas
	Pequena	Pães, biscoitos, bolachas, bolos, salgados	Trigo, açúcar, ovos, leite e fermento	Alimentos e Bebidas
Portugal e Uruguai	Pequena	Biquínis, maiôs, sungas e acessórios de praia	Lycra	Confecções
	Média	Calçados e roupas	Couro tecido, PVC e linhas	Calçados e Couros
EUA	Pequena	Redes de dormir	Fios de algodão e corante	Têxtil
	Pequena	Pisos, revestimentos, bancadas, bases e tampos	Mármore importados e nacionais	Minerais Não-metálicos
Argentina, Paraguai, Venezuela, Chile e El Salvador	Média	Bateria de celular e carregadores para celular	Couro e material para embalagens	Eleto Eletrônico

Fonte: FIEC/Guia Industrial do Ceará 1999/00- Elaboração Própria

Cont. Tabela 13
Principais destinos dos Produtos das Pequenas e Médias Empresas Industriais Cearenses, segundo os setores - (1999-2000)

Principais países de destino	Classificação porte	Principais produtos fabricados	Principais matérias primas	Descrição Setor
EUA e Europa	Média		Lagosta	Alimentos e Bebidas
EUA	Média	Pó de ostra e quitosana	Cartilagem de tubarão	Alimentos e Bebidas
	Pequena	Mesas, sofás, cadeiras e móveis em geral	Medeira, compensado, pregos, cola, verniz	Madeira e Mobiliário
	Média	Moda íntima em geral	Lycra, elástico, linhas, laços e rendas	Confecções
Alemanha e Colômbia	Média	Proteínas de couro	Couro	Calçados e Couros
	Pequena	Modinha	Lycra, elanca e ligante	Confecções
	Média	Tecidos, sacarias e embalagens	Polipropileno e polietileno	Têxtil
	Pequena	Tubos de papelão, cones de papelão	Papel e cola	Produtos Diversos
Portugal	Pequena	Bolsas, cintos e sandálias	Couro sintético e nylon	Calçados e Couros
EUA e Argentina	Média	Fios de algodão e tecidos em algodão	Algodão em pluma	Têxtil
EUA, Japão e Europa	Média	Cauda de lagosta, camarão sem cabeça e peixe	Lagosta, Camarão e Peixe	Alimentos e Bebidas
Alemanha e EUA	Média	Cêra de carnaúba	Palha e pó da carnaúba	Alimentos e Bebidas

Fonte: FIEC/Guia Industrial do Ceará 1999/00- Elaboração Própria

3.3- A atuação do Governo do estado do Ceará

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, em 1995, foi proposto reduzir as desigualdades sociais através da alocação dos recursos públicos em bens e serviços de qualidade para a população. Os principais vetores da política de desenvolvimento social do atual governo do estado foram: a educação fundamental, a saúde da criança e da mulher e o saneamento básico.

A eficácia das políticas sociais implementadas é dificultada pela problemática nordestina frente as grandes disparidades interregionais e a inexistência de uma política nacional que promova a convergência das rendas no Brasil como um todo. Portanto, as condições ainda precárias no estado requer em auxílio não apenas do governo estadual mas, em grande importância do governo federal para viabilização e liberação de verbas necessárias ao bom desempenho das políticas implantadas.

Após o plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, se intensifica a proposta de um crescimento mais equitativo no âmbito de resgatar a dívida social, por meio do aumento do nível de emprego.

Através de políticas estaduais, o governo cearense tem subsidiado alguns programas de investimento através da constituição de Fundos de Desenvolvimento (ROCHA; SILVA, 2000), tais como:

- a) PROTAD, programa de apoio às indústrias tradicionais, abrangendo os complexos têxtil, vestuário, calçados e couros. Visa a implantação, expansão e modernização de indústrias tradicionais selecionadas como forma de promoção do crescimento econômico regional.
- b) PRODIN, programa de apoio às indústrias de bens intermediários e de capital selecionadas, contemplando os complexos de minerais não-metálicos, químico e metal-mecânico. Atua junto às indústrias produtoras de bens de capital e de consumo intermediário, de alto poder germinativo, como forma de dinamizar o crescimento regional.

- c) PRODETEC, programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico industrial. Este programa focaliza as indústrias de tecnologia de ponta, a compra e absorção de tecnologia e a pesquisa e desenvolvimento. Objetiva acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico regional, priorizando segmentos que utilizem tecnologia avançada, de elevada eficiência e competitividade.
- d) GERIR, programa de apoio à modernização organizacional, compreendendo todas as atividades industriais do Estado. Este programa busca estimular a adoção de técnicas de gestão e organização do processo produtivo, que garanta o incremento da competitividade da indústria local.
- e) PROINTERIOR, programa de financiamento à micro e pequena empresa do interior do Estado. Beneficia empresas industriais e agro-industriais de micro e pequeno porte localizadas no interior do Estado, através da concessão de apoio técnico e financeiro.

Para garantir a sustentabilidade dos investimentos industriais, o governo realiza uma série de obras de infra-estrutura em áreas diversas como transporte urbano, portos e energia dentre estes destacam-se as grandes obras que superam investimentos de US\$ 1,5 bilhões: O Complexo Industrial Portuário do Pecém ancorado nos investimentos de usina siderúrgica petroquímica, a Usina termelétrica com base em gás natural fornecido pela Petrobrás, o Sanear, o Trem Metropolitano de Fortaleza, o Açude Castanhão e a interligação das bacias hidrográficas que marcaram o Ceará dos anos 90.

Como consequência do apoio de investimentos privados e públicos o PIB do estado cresceu 4,6% em 1999 frente ao baixo crescimento de 1,01% do PIB brasileiro e o crescimento industrial do Ceará encerrou em 10,6% no primeiro semestre do ano de 2000 à frente da média brasileira de 6,8% (BALANÇO ANUAL ,GAZETA MERCANTIL, Nº6, Ago.2000).

A política específica de atração de indústrias, atualmente busca seletividade no Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) para dar densidade as cadeias produtivas instaladas no Estado, priorizando alguns segmentos em detrimento de outros. Através desta política, as empresas que se instalarem no Ceará receberão, a título de financiamentos do capital de giro, entre 39% e 75% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) gerado

por 15 anos, conforme sua importância estratégica para o Estado. Antes, o incentivo era de 75% do ICMS e valia para qualquer tipo de indústria direcionada para o interior. Com esta seletividade uma indústria de base terá mais incentivo que uma de componentes porque tem um poder estruturante maior gerando mais investimentos. (BALANÇO ANUAL ,GAZETA MERCANTIL, Nº6, Ago.2000).

Com a atração de empresas de portes variados, prevê-se a formação de pólos petroquímico e metal- mecânico para a região com o intuito de agregar valor a produtos com maior densidade tecnológica e comercializá-los no mercado internacional.

A indústria cearense conta ainda com o apoio dos programas de financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste passando a atuar fortemente junto a segmentos de empresas de pequeno porte, criando uma série de instrumentos de apoios como: agentes de desenvolvimento; agências intolerantes; e fóruns denominados de Farol do Desenvolvimento Local

O governo do Ceará tem vendido para as pequenas empresas industriais a preços subsidiados e dotados de infra-estrutura alguns lotes industriais nas cidades de Fortaleza, Sobral e Cariri. O Estado em parceria com as entidades públicas (federais, regionais e municipais) e privadas vem tentando promover a difusão e transferência de tecnologia com o objetivo de aumentar os investimentos produtivos em alguns setores selecionados.

Embora ainda predomine uma série de burocracias de acesso aos benefícios implantados pelo governo para incentivar as exportações de MPMIs, pode-se dizer que o desenvolvimento local, atualmente, tem sido atribuído, em grande parte, à aglomeração de atividades industriais que contam com uma participação expressiva da micros, pequenas e médias empresas industriais.

3.4- Capacidade Exportadora do Estado do Ceará

A análise da capacidade exportadora do Estado do Ceará será tratada a partir de dois ângulos: primeiramente busca-se caracterizar as potencialidades do estado do Ceará e em

seguida, localizar a importância do comércio exterior do estado para a Região Nordeste ressaltando os principais setores de exportação.

O Comércio Exterior em 1999 caracteriza a pauta das exportações cearenses em setores de baixa densidade tecnológica com crescente participação nos produtos de média densidade nos pólos industriais através da exportação de produtos básicos e manufaturados (Tabela 14).

Tabela 14
Comércio Exterior em 1999 (valores em US\$)
Estado do Ceará

Corrente de Comércio (1999)	944.673.708,00
Importações	573.467.708,00
Exportações	371.206.000,00
- básicos	156.045.000,00
- semi-manufaturados	53.563.000,00
- manufaturados	154.760.000,00
- operações especiais	6.838.000,00
Saldo	202.261.000,00

Fonte: Extraído de Balanço Anual, Gazeta Mercantil .Apud IBGE, Secex.

Conforme tabela 14, a corrente comercial do comércio exterior do estado do Ceará no valor total de mil U\$ 944.677 pode ser subdividido em: mil U\$ 573.467 participante do das importações no ano de 1999, enquanto as exportações apresentam valores em mil U\$ 371.206. As exportações apresentam-se subdivididas em produtos básicos (mil U\$ 156.045), produtos semi- manufaturados (mil U\$ 53.563), manufaturados (mil U\$ 154.760) e operações especiais (mil U\$ 6.838), perfazendo um déficit comercial de mil U\$ 202.261.

Inserido na região nordestina, o Ceará se beneficia da localização privilegiada perante sua proximidade aos mercados consumidores internacionais, como os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e o Mercosul, o que favorece o escoamento da produção e comercialização de seus produtos como pôde ser observado no capítulo anterior a este.

Conforme levantamento do Centro Internacional de Negócios (CIN), cinco produtos representam 61% da pauta de exportações cearenses e apenas três países compram 67,3% do volume total exportado. O grau de concentração das vendas no exterior preocupa ainda mais o

poder de barganha das MPMIs, visto que apenas 10 empresas são responsáveis por 56% do total das exportações do estado.

Embora as exportações tenham crescido significativamente com os incentivos governamentais e com a atração de grandes indústrias para a região, sabe-se que a proporção das exportações de MPMIs são ínfimas, visto que necessitam de volumes gigantescos devido ao seu baixo teor tecnológico. Além disto, a pauta das exportações cearenses caracteriza-se pela tradição de grandes grupos exportadores (MOREIRA,2000).

Como se pode observar na tabela abaixo, na pauta de exportações cearense predomina, em sua maioria, *commodities* que podem ser facilmente prejudicadas perante a concorrência externa. Portanto, é necessário uma pauta mais seleta dotada de tecnologia que possa agregar valor à exportação.

Tabela 15
Estado do Ceará
Participação (%) das Exportações, segundo os principais produtos (1991-1998)

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Castanha de Caju	34,0	40,5	37,5	27,6	36,6	39,4	39,3	34,9
Lagostas	17,2	12,5	15,7	13,7	14,3	11,1	10,7	9,1
Tecid. de Algodão	1,1	3,0	9,4	9,3	11,9	10,6	9,5	10,9
Ceras Carnaúba	7,8	6,6	8,7	5,8	11,0	9,9	9,4	7,9
Fios de Fibra	9,8	11,5	4,8	3,2	2,1	1,6	2,5	2,0
Confe.Fem.Algod	0,5	0,7	3,5	2,4	0,2	1,0	1,1	-
Couros/Peles	2,0	1,0	0,9	1,6	1,8	1,5	4,3	9,2
Cons. Bordo	-	-	-	-	-	-	1,3	0,6
Camarões	2,2	1,8	1,3	1,8	1,3	0,5	0,8	0,7

Fonte: Extraído de Boletim Conjuntural MDIC/SECEX;SUDENE/Contas Regionais

Na tabela 15 pode-se concluir que a castanha de caju é o produto mais exportado pelo Ceará no período de 1991 a 1998 participando com 34,9% sobre as exportações no ano de 1998. Em seguida observa-se os produtos de tecidos de algodão que se beneficiou de acréscimos crescentes a partir de 1,1% em 1991 para finalizar o ano de 1998 com 10,9% das exportações cearenses.

Atualmente, dentre os dez produtos mais exportados pelo Ceará (Jan./junho 2000) destacam-se; a castanha de caju, calçados, couros e peles bovinas, tecidos de algodão, lagosta congelada, cera de carnaúba, fio de algodão, camarão congelado, fio sintético e consumo de bordo que envolve combustível e lubrificação para embarcações. (BALANÇO ANUAL ,GAZETA MERCANTIL, Nº6, Ago.2000).

Segundo pesquisas do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) no ano de 2000, a participação de micro e pequenas empresas do Ceará no comércio internacional tem crescido significativamente, embora ainda com tímida participação no volume de exportações do Estado (menos de 1% de um total de US\$ 370 milhões), haja visto a insuficiência de informações e o desconhecimento no mercado internacional por parte dos microempresários.

Com os incentivos fiscais e mão de obra abundante e barata no Ceará, as empresas atraídas para o Estado proporcionaram o ingresso das demais no mercado internacional em busca da sobrevivência. Sem condições de competir no mercado interno a saída foi repensar uma estratégia de sobrevivência das MPMI's com a produção voltando-se para o exterior.

Conforme dados recentes da FIEC contidos no cadastro do Guia Industrial do Ceará em 1999, os principais destinos dos produtos cearenses através das exportações de pequenas e médias empresas são os Estados Unidos onde predominam os produtos de *commodities*, enquanto para os países do Mercosul predominam os produtos industriais tradicionais. (Ver Tabela 13).

Contudo, as empresas industriais de pequeno porte se beneficiam da atuação do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE) que promove programas subsidiados de competitividade Industrial e estruturação de consórcios de exportações.

Impulsionadas pelas indústrias que se instalaram no Ceará algumas empresas de pequeno e médio porte abandonaram a visão de curto prazo e passaram a trabalhar no sentido de montar consórcios de exportação para alcançar resultados mais consistentes e ganhar força nas negociações com compradores estrangeiros.

Segundo o SEBRAE, os produtos dos pequenos fabricantes que vêm ganhando espaço no comércio internacional através de consórcios de exportação são: moda praia, lingerie, calçados, redes de dormir e confecções femininas.

A aglomeração de atividades industriais permite a adoção de tecnologias que possibilitam agregar maior volume na pauta de exportações do Ceará e conseqüentemente melhoramento no saldo da balança comercial.

Portanto, é oportuna a realização de estudos que ressaltem a importância e o alcance das competições cooperativas no fortalecimento da atividade industrial voltada para exportação a fim de possibilitar uma oportunidade para a sobrevivência do segmento de indústrias de micro, pequeno e médio portes..

Considerações Finais

Ao tentar expor as características do estado do Ceará, este capítulo tende a demonstrar o perfil industrial da região e enfatizar a necessidade do apoio do Estado em parceria com os setores públicos e privados na promoção de um desenvolvimento estratégico para o segmento das micros, pequenas e médias empresas industriais locais inovadoras que visem o comércio exterior.

Em face a estrutura industrial local do estado do Ceará, vale salientar que as micros, pequenas e médias empresas industriais detêm um grande número de estabelecimentos e empregam enormes quantidades de mão de obra, principalmente na indústria de transformação, tornando-se indispensáveis na geração de renda para economia.

Contudo é fundamental a participação governamental para incentivar a livre iniciativa dos pequenos e médios empresários em possibilitar um maior número de mão de obra empregada na busca da sobrevivência deste segmento marginalizado na participação da balança comercial.

Sabe-se que a mínima participação das MPMI's no comércio exterior é decorrente de uma competição acirrada entre as grandes empresas que as excluem de um privilégio de caráter exportador. Contudo, busca-se a inserção internacional deste segmento como forma de sobrevivência no mundo globalizado.

CONCLUSÃO

O tema abordado é de grande importância nas propostas de alternativas internas que visem a sobrevivência das MPMI's na busca da competitividade em priorizar a redução do nível de desemprego, geração de renda na economia e superação da desigualdade socioeconômica vigente na economia cearense. Uma vez que as Micros, Pequenas e Médias Empresas Industriais pode engajar um número maior de mão de obra no processo produtivo, busca-se priorizar o contexto atual para estimular as ações políticas que promovam as exportações com o intuito estimular o desenvolvimento deste segmento.

Para tanto, faz-se necessário a adoção de políticas de longo prazo que incentive as MPMI's à competitividade interna visando alcançar o comércio internacional através de uma alternativa para sua sobrevivência com a recuperação do potencial da economia local prejudicado com a abertura comercial no início da década de 90.

O objetivo deste estudo consta em mostrar que as MPMI's, apesar de não serem determinantes para a balança comercial, podem constituir importantes estratégias de desenvolvimento econômico proporcionando uma maior competitividade para as regiões internas através de alternativas internas como redução de importações, competitividade de câmbio e cultura exportadora que possibilitem promover a sobrevivência das MPMI's e consequentemente a geração de renda na economia.

A integração de um número maior de indivíduos no processo de associações em forma de *Clusters* propõe caracterizar um novo fator de produção mediante o capital social disponível à produção coletiva dos produtos similares e complementares.

Com este intuito procurou-se ressaltar as potencialidades da região nordestina e do estado do Ceará inserido na estrutura industrial cearense na qual pôde-se constatar a importância sócio- econômica das MPMI's. Faz-se, portanto, necessário a adoção de políticas de apoio a este segmento implantadas pelos Governos Federal e Estadual .

Dentre estas políticas é preciso ressaltar que as ações de apoio a este segmento potencial, devem ser mais efetivas visando diminuir as diferenças tecnológicas entre as

MPMI's e as grandes indústrias e proporcionar a superação, principalmente, das barreiras de caráter financeiro e capacitação em recursos humanos .

Através deste estudo, evidencia-se que os projetos aliados ao Programa de Atração de Investimentos, baseado na concessão de incentivos fiscais que promoveu a instalação de um número expressivo de empresas dinamizaram o setor industrial .

Contudo, o processo de industrialização e modernização da estrutura produtiva do estado não foi capaz de modificar os altos indicadores de pobreza e miséria da população. Apesar dos esforços e avanços realizados pelo Governo do Estado, a análise dos indicadores sociais do Ceará demonstra que as condições de vida da população não atende as expectativas, comprovando que o crescimento não tem se dado de forma equitativa entre a maioria da população.

Portanto, é oportuna a realização de estudos que retratem o alcance das ações de fomento à aglomeração industrial, identificando as suas efetivas contribuições para o fortalecimento da atividade industrial, em particular, de micro, pequeno e médio porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Mônica Alves. **Desenvolvimento de pequenas empresas no Ceará ,Um Enfoque de Demanda** ,Fortaleza : Iplance , 1998

_____. **Clusters Como Estratégia de Desenvolvimento Industrial no Ceará** ,Fortaleza : Banco do Nordeste , 1998.

AGÊNCIA DE PROMOÇÕES DE EXPORTAÇÕES DO SEBRAE, **Passo a passo para exportação.**, 1998. [Online] Disponível : apex@sebrae.com.br 1998

BALANÇO ANUAL, **Gazeta Mercantil**, nº6, Ago,2000.

BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível [Online] em: www.bndcs.gov.br/atuar/brasil.htm

BERRY, Albert, MAZUMDAR, Dipak. **Small-Scale Industry in the Asian-Pacific Region**. Asia-Pacific Economic Literature, v.5, n.2, Sep.,1991.

BOLETIM CONJUNTURAL. **Nordeste do Brasil** . Disponível {On line} em : http://www.sudene.gov.br/estudos_economicos/boletim_conjuntural/tabelas

BOLETIM CONJUNTURAL. **Nordeste do Brasil** . vol.06. Sudene, Ago.1999

CANUTO, Otaviano ,**Comércio Exterior**. Disponível [Online] em <http://www.braziltradenet.mre.gov.br> 1999.

CARTA DE CONJUNTURA ECONÔMICA. **Atividade Econômica Global**. Disponível [On line] em: <http://www.sudene.gov.br/economicos/carta2000/atividadeGlobal.html>.

CASTRO, SANDRA. Pequenas empresas apostam no mercado externo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 set.2000.caderno de Negócios.,p.04.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Departamento de Assistência a Pequena e Média Indústria . **Relatório 1997**.Fortaleza, 1997, p. 17-33 Mimeografado.

DINIZ, Camila Fernandes; OLIVEIRA, Wilma Marques de; MONTEIRO, Célia Maria Instituições, Políticas Governamentais e Estratégias de Apoio às Pequenas e Médias Empresas no Brasil In: **IV Seminário de Rede de PMEs Mercosul** , Fortaleza , 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS CEARENSES. **Guia Industrial do Ceará**.1999

FONTENELE, Ana M., MELO, Maria Cristina P., & ROSA, Antônio L. (1998): **Setores Exportadores da Região Nordeste: Uma Análise sob a ótica da Competitividade Revelada** In: Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vitória: ANPEC.

_____. (1999): **Inserção Internacional da Região Nordeste do Brasil: Reações às Políticas de Incentivos e Transformações Recentes** In: Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia. Belém: ANPEC.

FONTENELE, Ana M; MELO, Maria Cristina P. O virtuoso e o Vicioso. **Revista Economia e Mais**, p.2-5, Jan., 2000.

FREIRE, Fátima de Souza. O papel das PMEs. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 10 fev.2000. 2º.cad., p.03.

FRISCHTAK, Cláudio R. **O que é Política Industrial ?**. Banco do Nordeste. Ceará 1993.

GALVÃO, Leticia Andreoli. **Distritos Industriais: Potencial para o Desenvolvimento Regional e Aumento do Nível de Bem-Estar**. IV Seminário de Rede de Pequenas e Médias Empresas no Mercosul. Fortaleza, Ceará. 2000.

HIDALGO, Álvaro Barrantes. Vantagens Comparativas e Recursos Naturais no Comércio Exterior do Nordeste Brasileiro In : AGUIAR, Danilo R.D; PINHO, J.B. **O agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas**. v.01. Sober, Brasília, 1998.

LIMA, José Alfredo Graça. **Acesso a Mercados: Um esforço a longo –prazo**, Disponível [Online] em <http://www.mdic.gov.br>. 1999.

MARTINS, Nelson, **Exportar é Fácil a Pequena Empresa Também Pode**, Série Comércio Internacional. Sebrae. Paraná, 1997. p. 09-23.

MÔNACO, Roberto. **Consórcios de Exportação, uma filosofia de trabalho**. Relações Internacionais. São Paulo: Sebrae, 1988.

MOREIRA, Darlan. Exportações crescem mais continuam nas mãos de seletos grupo. **Gazeta Mercantil**. Ceará, 15 nov.2000. caderno ceará-maranhão-piauí, p.3

ROCHA, Carlos Henrique; SILVA, Hélio Eduardo. **Estrutura Empresarial e Políticas de apoio às Pequenas Empresas Industriais Brasileiras** In: **IV Seminário de Rede de PMEs Mercosul**, Fortaleza, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, **Relatório PATME 1999**. Fortaleza, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Relatório Preliminar. 1999. **Avaliação da Competitividade sistêmica da Indústria Nordestina**. ACEP. Fortaleza, Fev. 1999, cap. I-VIII, p. 01-424.

THOMPSON, Pequenas Terão R\$ 14 bilhões em recursos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 mai. 2000. 2º cad., p. 13.